

Governo federal
acelera privatização
do saneamento

Uso das pesquisas
influencia voto
para presidente

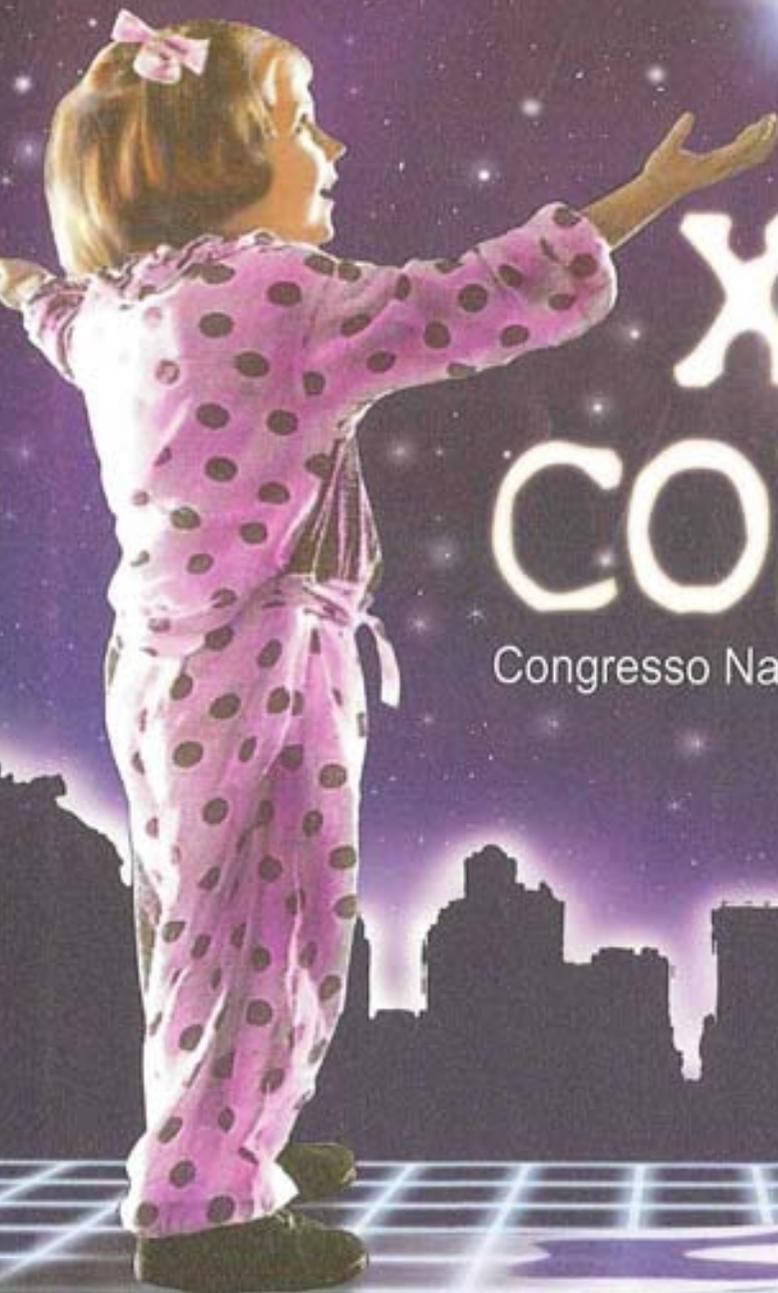
AGORA



A experiência no desemprego

Crise de emprego no Brasil atinge
principalmente quem passou dos 40 anos

Sonhos não envelhecem
(Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges)

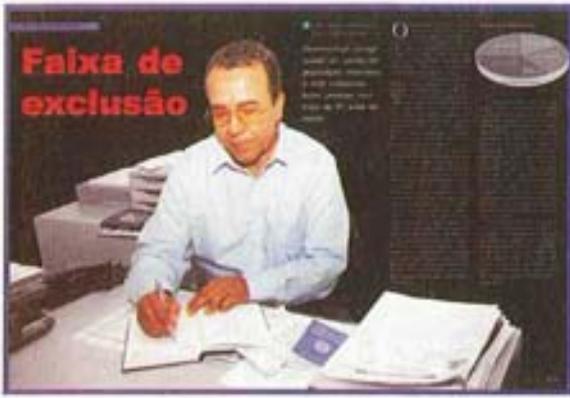


XVIII CONECECE

Congresso Nacional dos Empregados da Caixa

**Belo Horizonte - Minas Gerais
5, 6 e 7 de julho de 2002**

Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE-Caixa)
Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT)
Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae)
Associações do Pessoal da Caixa (Apcef)



Capa
Desemprego cresce entre
pessoas com mais de 40 anos
Pag. 14



Eleições
Pesquisa é a nova arma para influenciar
eleitores na próxima votação presidencial
Pág. 12



Meio ambiente
Dez anos depois da Eco92, pouco
foi feito pelo equilíbrio ambiental
pág. 32

- 8 Diretoria da Feneae toma posse, reeleita com 75% dos votos dos empregados da Caixa
- 10 Depois de três anos, Emílio Carazzai é destituído da presidência da Caixa
- 24 Movimento dos empregados vence eleição para o fundo de pensão da Caixa
- 26 Governo federal ignora Legislativo e apressa privatização do saneamento
- 29 Conflito entre Palestina e Israel mantém rotina de guerras e mortes violentas no mundo
- 34 Edgard Leuenroth foi um dos líderes dos operários no início do século passado



Esporte:
Porta de entrada para a Fórmula 1,
o kart é um esporte que custa caro
Pág. 38



Pegadas - o kerb
Nova coluna apresenta a festa
típica dos alemães no Sul do país
Pág.36

Diretoria executiva

Presidente:
Carlos Augusto Borges
Vice-Presidente:
José **Carlos Alonso Gonçalves**
Diretor Administração e Finanças:
Pedro Eugênio Beneduzzi Leite
Diretor de Comunicação e Imprensa:
Antônio Bráulio de Carvalho
Diretor de Esportes:
Paulo Rocha Cunha
Diretora Cultural:
Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida
Diretora Primeira Suplente:
Tânia Cristina Barros de Aguiar
Diretor Segundo Suplente:
Emanuel Sousa de Jesus
Diretor Terceiro Suplente:
Vaumik Ribeiro da Silva

Conselho Fiscal:

Sérgio Santos Serra
José Francisco de Assis Cavalcante Neto
Devanir Camargo da Silva

Suplentes:

Francisca De Assis Araújo Silva
Alberi Bernardi Boiaski
Valmir Gôngora

Conselho Deliberativo Nacional:

Presidente:
Antônio Carlos de Oliveira
Vice-Presidente:
Fabiana Matheus
Secretária:
Emerenciana Barbosa do Rego

Edição e redação:

Antônio José Reis,
Evandro Peixoto e Marcio Achilles Sardi

Colaboradores:

Jânio de Freitas, Tárík de Sousa e
Fernando Nogueira da Costa

Designer e Ilustração:

Lisarb Sena de Mello

Impressão:

Bangraf

Tiragem desta edição 75 mil exemplares

Os artigos assinados são de responsabilidade dos seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Distribuição gratuita

Pessoas, religiões, mudanças

Ao fim da Copa do Mundo, a torcida brasileira deve se voltar para outra disputa: as eleições presidenciais. E, mais uma vez, as pesquisas eleitorais terão papel decisivo nas análises eleitorais, na derrubada ou crescimento de candidatos e na interpretação feita pela mídia.

Momentos como a escolha do presidente do país trazem esperanças à população. Não é diferente para os brasileiros com mais de 40 anos, tema da matéria de capa desta edição. Se o desemprego é uma das maiores preocupações da sociedade, para quem passou dos 40 a situação é ainda mais desesperadora. Especialistas alertam que a crise de emprego tem atingido até mesmo profissionais com qualificação.

Esta edição trata ainda de três mudanças. Depois de três anos justificando o apelido de "demolidor", Emílio Carazzai deixou a presidência da Caixa em abril deste ano. Para seu substituto, Valdery Albuquerque, cabe a necessidade de dialogar com os representantes dos empregados. A Fenae, aliás, também renovou sua diretoria, pelo voto direto dos empregados da Caixa em todo o país. Carlos Borges, atual presidente, conduzirá a entidade por mais três anos. Ainda entre os trabalhadores da Caixa, foram eleitos os representantes dos associados nos conselhos Delibe-

rativo e Fiscal da Funcef, o fundo de pensão da empresa. José Carlos Alonso e Antônio Bráulio de Carvalho, diretores da Fenae, Francisca de Assis Araújo Silva, conselheira fiscal da Federação, e Carlos Caser, ex-presidente, estão entre os eleitos.

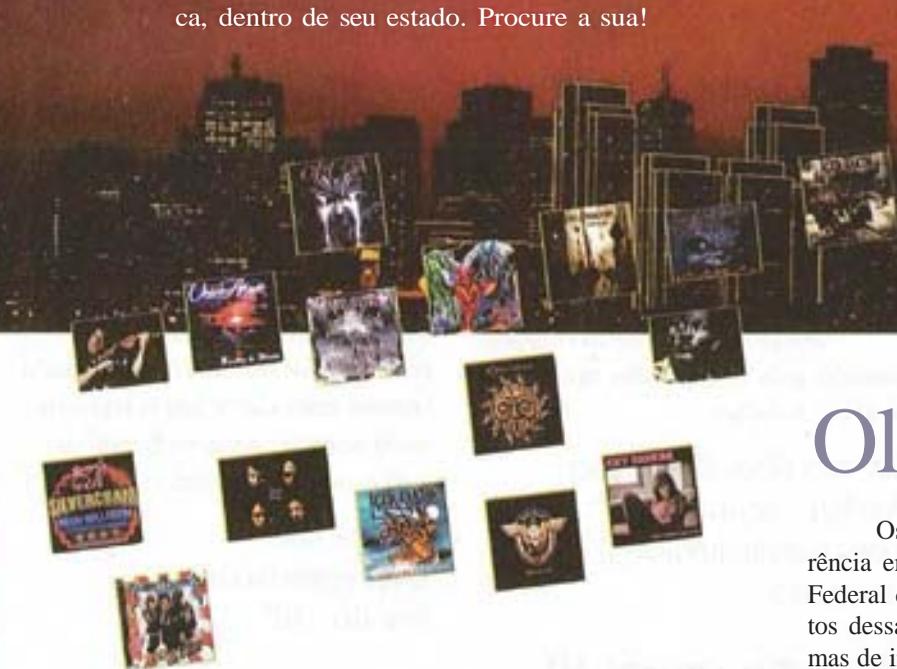
Enquanto estas novidades não concretizam mais democracia e transparência, a Caixa e a Funcef são instrumentalizadas pelo governo federal para garantir a privatização do setor de saneamento. O lucro garantido nas grandes cidades pode afastar o desenvolvimento do setor nas pequenas cidades, que dificilmente atrairão os grupos privados.

Já a religião é o pano de fundo de duas outras matérias. O conflito entre Israel e Palestina, que tem a disputa religiosa entre seus componentes, é abordado pelo deputado federal Milton Temer, que esteve na região no início do ano.

Longe das bombas e ataques, a colônia alemã no Sul do Brasil toma a religião como ponto de partida para o kerb, evento regado a chope e muitas danças. O tema inaugura "Pegadas", nova seção da revista, que buscará a cada edição trazer lugares, tradições ou momentos inusitados. A viagem começa no interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Cidade nua

As cidades têm pouco a esconder depois de <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Esta página do IBGE traz informações demográficas, índices de educação, saúde, participação política, violência, economia, emprego, salário, finanças públicas e centenas de outros dados sobre todos os municípios brasileiros. As cidades são apresentadas por ordem alfabética, dentro de seu estado. Procure a sua!



Pra quem é do rock...

As novidades do rock mundial, em português, estão na página whiplash.net. O nome é curto, mas a quantidade de informações sobre bandas, cantores e lançamentos neste gênero musical é extensa. O site aborda todos os estilos do rock, desde o tradicional até o heavy metal, e oferece aos navegantes grupos de discussão, murais de mensagens e colaborações.



...e pra quem é da MPB

Quem procura por outros estilos encontra em www.mpbnet.com.br. A página apresenta índices facilitadores: por estilo, região e assunto. Os artistas têm biografia, músicas cifradas, letras, contatos para shows, história e indicação de página oficial.

Olhar assistente

Os assistentes sociais do Brasil têm sua referência em www.cfess.org.br. A página do Conselho Federal de Serviço Social noticia os principais eventos dessa categoria, além da legislação própria e temas de interesse social, como saúde, assistência, previdência, criança e adolescente, ética e direitos humanos. O Cfess é a entidade que fiscaliza o exercício da profissão de assistente social no país.

O verdadeiro cooperativismo

Quem acha que as cooperativas são apenas figuras criadas para burlar leis trabalhistas, na nova ordem capitalista, precisa conhecer um pouco mais a história do cooperativismo. A Organização das Cooperativas Brasileiras (www.ocb.org.br) apresenta a história desta forma de associação, criada por tecelões ingleses em 1844. "Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas que se unem para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns", diz a página, que traz indicadores sobre o cooperativismo no Brasil.



Assédio moral I

Há muito penso em escrever para a revista. Mas sempre falta a oportunidade. No entanto, a edição de fevereiro não podia passar em branco...

A pertinência da matéria de capa "Assédio moral" merece, no mínimo, nota 10! Demonstra o quanto a atual diretoria está "antenada" com o sentimento que habita a nós, bancários da Caixa, dentro das agências principalmente.

Esse tipo de ação é que nos faz perceber cada vez mais a importância de nossas entidades. Por mais que a truculência da direção da Caixa queira fazê-las calar, elas são a nossa voz. A matéria traduziu com precisão a realidade opressora imposta a todos nós cotidianamente. E saber que ela é percebida por pesquisadores e estudiosos é um estímulo a mais para lutarmos contra ela.

Finalmente, quero expressar meu orgulho em fazer parte de uma entidade tão indispensável quanto a Fenae.

Parabéns para nós, seus associados.

Parabéns para vocês, diretoria, pela demonstração de competência e afinidade conosco.

- Margareth Trigo Passos
Vice-presidente da Apcef/MG
Belo Horizonte - MG

Assédio moral II

Obrigada pelo envio da revista e parabéns pela matéria sobre assédio moral no trabalho.

- Cármen Sílvia de Quadros
Assédio Moral no Trabalho
(www.assediomoral.org)
por e-mail

Assédio moral III

Tive oportunidade de ver a revista da matéria "Assédio moral", é muito boa.

- Fátima Leal Dias
Assessora da Reitoria da UEMG
Belo Horizonte - MG

Caixa

Parabenizo a todos pela luta incessante em favor da CEF, e por conseguinte em favor dos funcionários.

Sou leitor assíduo da revista, e sinto-me grato pelo alto grau de informação que adquire em ambos. Que Deus continue dando força a todos vocês, para que continuem fortes na luta.

- Paulo Gonçalves Toste
Empregado da Caixa
Rio de Janeiro - RJ

Falha nossa

Primeiro, quero parabenizá-los pela qualidade das reportagens, pelas inúmeras dicas e informações que a revista vem publicando ao longo desses cinco anos.

Entretanto, nesta última edição, fiquei surpresa com a quantidade de erros gramaticais e muitos, com certeza, de digitação.

Infelizmente, tenho o "péssimo" hábito de observar, além do conteúdo, a forma. Assim, me dispersei em muitas reportagens por deparar com os tais erros e assim, abandonar o "sentido da coisa" e me pegar à "forma da coisa"!

Fica a sugestão para que se cuide com mais carinho da revisão, pois a FENAE AGORA é uma revista já bastante conhecida e lida e, representando nossa classe, deve fazê-lo da melhor maneira possível, certo?

- Adriana Ziller
Empregada da Caixa
Brasília-DF

*Prezada Adriana,
Agradecemos pela observação.
Estaremos mais atentos para garantir a qualidade da revista.*

- A redação

A seção "Dos Leitores" é o espaço de opinião do leitor. FENAE AGORA se reserva o direito de resumir as cartas, sem prejuízo do conteúdo. As correspondências devem ser devidamente identificadas (assinatura e endereço).

O grande cerco

■ Jânio de Freitas

Pode-se dizer que o Brasil não é fácil, mas por que não dizer com todas as letras que o Brasil é um país muito difícil, um dos mais difíceis do mundo, senão o mais difícil deles?

A magnitude, a diversidade e a força agressiva dos problemas brasileiros confundem-se com um sistema de domínio interno que, na melhor das hipóteses, só tem produzido falsos encaminhamentos de soluções pontuais. E não é assim por acaso. Os conceitos vigentes na configuração atual do sistema são os mesmos, na essência, que vigoraram no passado do sistema. Ou seja, nos tempos ininterruptos em que os problemas se foram difundindo, inflando e fugindo sempre mais das possíveis soluções.

À impassível classe dominante - impassível, claro, em relação aos problemas do país, não aos seus interesses - sempre estiveram associados interesses externos, orientados pelos princípios colonialistas, menos ou mais explícitos segundo a época histórica. Era a ação de um ou de uns poucos países, estreitando ou impedindo as vias de acesso de outros países às suas reais possibilidades econômicas, políticas e sociais. Isso mudou.

Ao sistema interno de dominação somou-se um sistema externo, sob a forma de uma rede de instituições que agem como instrumentos das potências,

em um cerco inapelável aos países ditos "em desenvolvimento", e que nada mais são do que países atrasados.

Mesmo em sua fase mais sorrisos para o neoliberalismo, Bresser Pereira sentiu-se compelido a escrever, em artigo na Folha de S.Paulo, que a política do FMI é ditada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

A ONU que intervém no Kosovo é a mesma ONU que não intervém no Oriente Médio, nem ao menos para verificar as denúncias de massacre de populações palestinas pelo exército israelense. O conselho para combate à produção de armas biológicas não pode pronunciar-se contra o maior produtor dessas armas, os Estados Unidos, e nem ao menos pode dizer que um dos países atrasados, o Iraque, não merece ser atacado a pretexto de armas biológicas, que não foram nele encontradas.

As instituições que formam a rede universal de opressão não se limitam à meia-dúzia mais conhecida. Estão na casa das centenas. E o Brasil

é uma de suas vítimas. Não será possível, portanto, começar a romper a fisionomia interna de país difícil com propósitos e ações apenas internos. É preciso perfurar a rede que envolve o Brasil. Sem isso, não se quebra, nem ao menos se abranda, o vínculo interno/externo que tem conduzido o Brasil.

Não se trata de isolamento, que seria suicida, nem de bravatas. Trata-se de afirmação da soberania, essa obrigação nacional tão relegada por aqui.

Jânio de Freitas
Jornalista



Carlos Borges, presidente eleito para a gestão 2002/2005, dirige-se ao público presente à posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da Fenae. A cerimônia foi prestigiada por cerca de 300 convidados



Democracia e autonomia renovadas

Fenae elege nova diretoria com o voto direto dos empregados da ativa e dos aposentados da Caixa de todo o país

A Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa) realizou em maio a eleição de nova diretoria para o triênio 2002/2005. Carlos Borges, do Maranhão, obteve novo mandato como presidente. Foram eleitos também os membros do Conselho Fiscal.

Os dirigentes da federação dos trabalhadores da Caixa são escolhidos em eleição direta, com o voto dos empregados em atividade e dos aposentados de todo o país.

A eleição deste ano foi disputada por duas chapas. A vencedora obteve 15.359 votos, o equivalente a 74,29% dos votos válidos. Foram 22.446 votantes em todo o país, ultrapassando em muito o quorum mínimo de 11.257 eleitores.

O resultado expressou o desejo dos empregados da Caixa de que a Fenae continue atuando como ponto de referência e apoio às jornadas de luta em defesa da empresa, servindo como canal de interação entre a categoria bancária e o movimento geral dos trabalha-

dores. As iniciativas em defesa da cidadania e das transformações políticas, sociais e econômicas do país foram igualmente reforçadas pela votação. A posse da nova diretoria ocorreu no dia oito de maio, em Brasília. O evento foi prestigiado por cerca de trezentas pessoas. Destacaram-se as presenças de dirigentes das associações de pessoal de vários estados, de entidades ligadas aos

aposentados, de sindicatos dos bancários e de outras categorias, da Confederação Nacional dos Bancários (CNB-CUT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de parlamentares. Os deputados federais Wellington Dias (PT-PI), Ricardo Berzoini (PT-SP), Geraldo Magela (PT-DF) e Pedro Celso

(PT-DF), a presidente da CUT-DF, Erika Kokay e o secretário-geral da CNB-CUT, Wagner Freitas, foram convidados a compor a mesa. O superintendente de Recursos Humanos da Caixa, Joaquim Santana, também esteve presente, mas

não em nome da empresa. O pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, enviou congratulações à Fenae e sua nova diretoria. A ênfase dos discursos da posse foi o papel a ser cumprido pelas representações dos trabalhadores e pelo movimento social daqui até outubro, quando estaremos elegendo um novo presidente para o país, além de governadores, senadores e deputados federais. A importância de entidades como a Fenae na mobilização social foi destacada como fator indispensável à construção e à vitória de um novo projeto político para o Brasil, que contemple os anseios dos trabalhadores e dos segmentos sociais marginalizados pelo atual modelo econômico. Na opinião de Carlos Borges, presidente eleito da Fenae, a luta dos trabalhadores da Caixa deve destacar, sim, os problemas observados na empresa e buscar superá-los, mas sem jamais pensar que eles poderão ser resolvidos fora do contexto político das mobilizações gerais da sociedade. "Se não tivermos uma atuação política agora, poderemos pagar muito caro por isso", enfatizou.

A Fenae se firma como canal de interação entre o movimento dos bancários da Caixa e a luta geral dos trabalhadores



Mensagem de Lula (trechos)

"Prezado companheiro Carlos Borges,

Quero saudar a posse da nova direção da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e desejar um mandato repleto de lutas, vitórias e, sobretudo, de persistente compromisso com os legítimos interesses da categoria e com os anseios de justiça que movem os brasileiros...

...O Brasil não pode esperar mais. Em cada uma de nossas agências, escritórios, escolas, fábricas e residências, lutemos para transformar a esperança em mudança efetiva. Trabalhemos juntos pelo resgate de nossa dignidade cidadã e pela transformação de nosso país numa sociedade justa. Um grande abraço a todos".

Luiz Inácio da Silva

Unidade e mobilização

A Fenae foi criada em 29 de maio de 1971, durante o 6º Congresso Nacional das Associações de Pessoal da Caixa, em Curitiba (PR). Surgiu como fator de integração e de unidade para o movimento dos empregados da Caixa. Ao longo de sua história, firmou-se como suporte para as principais mobilizações e lutas da categoria.

Quando foi criada, a federação congregava 22 associações estaduais. Atualmente é composta por 33 associações, sendo 27 federadas e seis filiadas. Tem o objetivo de trabalhar pela elevação do nível cultural, profissional, esportivo e social dos empregados da Caixa, assim como o de defender os interesses da categoria.

Em 1998, houve uma mudança em seu estatuto e sua atuação foi ampliada. A Fenae passou a substituir processualmente os sócios das associações nas ações jurídicas que visam resguardar os seus direitos.

A Fenae tem ainda uma atuação destacada em parcerias com outras entidades e movimentos sociais, sobretudo em questões de interesse dos segmentos menos favorecidos da população. Contribuiu para a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana, passando a integrá-lo como entidade

titular, e desempenhou importante papel no processo que levou à criação da Central dos Movimentos Populares, em outubro de 1993.

Em 99, aderiu à causa da organização não-governamental Missão Criança, passando a integrar o fórum responsável pela campanha Criança no Lixo Nunca Mais, ação que consiste em oferecer a bolsa-escola às famílias carentes que mantenham seus filhos em sala de aula.

Em 2000, a Fenae teve atuação destacada na criação da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão (Anapar), que defende os interesses dos trabalhadores que são sócios de entidades de previdência complementar. A federação participa, inclusive, da diretoria executiva da Anapar.

Outra importante parceria da federação se dá com o Instituto da Cidadania. A Fenae ainda é filiada ao Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) e ao Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) e associada à Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança.

A Fenae controla as empresas Fenae Corretora e Probo Assessoria e Corretagem de Seguros.



Pedro Eugênio e Valmir Gôngora não puderam comparecer à cerimônia de posse, realizada dia oito de maio, na sede social da Apcef-DF, por motivos alheios às suas vontades



Diretor-presidente:
Carlos Augusto Borges
Diretor vice-presidente:
José Carlos Alonso
Diretor de Administração e Finanças:
Pedro Eugênio Beneduzzi Leite
Diretor de Esportes:
Paulo Rocha Cunha
Diretor de Comunicação e Imprensa:
Antônio Bráulio de Carvalho
Diretor de Cultura: Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida
Diretor Executivo:
Tânia Cristina Barros de Aguiar
Diretor Executivo:
Emanuel Souza de Jesus
Diretor Executivo:
Vaumik Ribeiro da Silva
Conselho Fiscal
Primeiro conselheiro:
Sérgio Santos Serra
Segundo conselheiro:
José Francisco de Assis Cavalcanti Neto
Terceiro conselheiro:
Devanir Camargo da Silva

Primeiro suplente:
Francisca de Assis Araújo Silva
Segundo suplente:
Alberi Bernardi Boiaski
Terceiro suplente: Valmir Gôngora

"Demolidor" substituído

Troca de comando na empresa cria expectativa de uma nova postura

A Caixa Econômica Federal tem novo presidente desde quatro de abril último. Saiu Emílio Carazzai, que estava no cargo há três anos e dois meses, e entrou Valdery Frota de Albuquerque, ex-diretor de Finanças e Mercados de Capitais da empresa.

Valdery é oriundo da Secretaria do Tesouro Nacional, ocupou a diretoria Comercial da Caixa e foi também diretor de Planejamento da Sasse (a hoje Caixa Seguros). A indicação foi, mais uma vez, do ministro da Fazenda, Pedro Malan, o que pressupõe que a troca de comando não deve implicar em mudanças importantes no modelo de gestão até aqui adotado. Tanto que, já em seu discurso de posse, o novo presidente adiantou-se em dizer que considerava "vitoriosa e repleta de realizações" a trajetória de



Carazzai agarrou-se ao cargo até o último minuto

seu antecessor à frente da direção da Caixa.

Carazzai permaneceu no cargo enquanto durou o consórcio político PSDB/PFL. Era uma indicação do vice-presidente da República, Marco Maciel, cacique do PFL, e um aliado de primeira hora do ministro Malan, o gerente da política neoliberal do governo FHC. Com a crise entre os dois partidos, foi empurrado para fora da Caixa, muito a contragosto. Tentou até uma jogada de camaleão, para disfarçar sua coloração partidária. Sustentou que sua função era a de um "técnico", sem conotação política. Malan chegou a respaldar esse discurso, mas não conseguiu evitar a demissão daquele a quem já havia se acostumado a apresentar como "amigo".



Valdery tem a oportunidade de pôr fim ao autoritarismo

Vitória desastrosa

Pelo prisma do governo, a administração Carazzai foi, com certeza, "vitoriosa e repleta de realizações". Mas, se o parâmetro for o apreço pela instituição pública, por sua função social e por seus recursos humanos, a avaliação é exatamente oposta. Para os trabalhadores da Caixa, para os clientes, para os usuários e, sobretudo, para o país, a passagem deste senhor pela empresa foi um desastre.

Carazzai fragmentou o banco com a promessa de lucro, mas produziu um prejuízo de R\$ 4,7 bilhões em 2001; implantou um novo modelo operacional de pontos de venda, que tirou clientes das agências e os transferiu para as casas lotéricas; intensificou a terceirização fraudulenta de mão-de-obra; promoveu a rodo demissões sem justa causa; adotou a segmentação de serviços e levou os empregados ao desespero com metas fora da realidade; impôs um arrocho salarial jamais visto na empresa, mudou o plano de assistência médica e não renovou com os sindicatos o acordo coletivo de trabalho 2001/2000 - os serviços prestados ao governo FHC não param por aí, mas estes são suficientes para justificar o fato de Emílio Carazzai ter recebido a alcunha de "demolidor".

Na avaliação do presidente da Fenaec, Carlos Borges, a Caixa passou por um processo de preparação para ser entregue à iniciativa privada. "O que ocorreu nos três anos da administração Carazzai foi um ataque à estrutura e à filosofia de banco público voltado para as demandas sociais", diz ele.

Borges vê a saída de Carazzai como uma chance à interrupção desse desmonte que conduz a Caixa ao beco sem saída da privatização. A expectativa não é exatamente a de que Valdery Albuquerque possa desvincular-se da trajetória de seu antecessor, mas sim a de que o autoritarismo reinante na empresa dê lugar ao diálogo e ao tratamento adequado em relação aos bancários, à sociedade e à própria instituição. Até porque essa seria a postura mais coerente com suas recentes declarações públicas.



Com senso de Opportunity

■ Ricardo Berzoini

O Ministério da Previdência decidiu intervir no maior fundo de pensão da América Latina, a Previ, dos funcionários do Banco do Brasil. Essa decisão foi fundamentada em suposto descumprimento da lei complementar 108, no que tange às mudanças estatutárias previstas por essa lei. Na verdade, esse foi apenas um pretexto. A razão fundamental para a intervenção foi o desejo do governo Fernando Henrique, de afastar os diretores eleitos, que zelavam pela transparência e pela probidade na gestão dos recursos dos trabalhadores.

Em 1997, o Banco do Brasil concordou com o novo modelo de gestão da Previ, que contemplava a paridade na diretoria executiva, com três diretores nomeados pelo patrocinador e três eleitos diretamente pelos participantes.

No conselho deliberativo, são quatro os eleitos, contra três nomeados. Dessa forma, a gestão e a fiscalização da entidade eram garantidas pela atuação dos eleitos, conjuntamente com os nomeados. A negociação

realizada em 1997 só ocorreu porque o banco desejava utilizar parcela do superávit da Previ para equacionar pendência com o próprio fundo.

De 1998 até agora, a atuação do diretores eleitos foi marcante. Seja nas diretrizes de investimento, na democratização da informação ou na investigação de negócios suspeitos, deixaram uma marca de participação e democracia, inclusive percorrendo o país para reuniões com os associados. Esse trabalho incomodou, ainda mais por posições tomadas que incomodaram certos "parceiros" da Previ. É o caso de Daniel Dantas, do Banco Opportunity, e Ricardo Sérgio, o caixa de campanha de Serra e FHC.

Os diretores eleitos fecharam as portas para os negócios escusos e mantiveram uma política agressiva de defesa dos interesses da Previ nos conselhos de administração das empresas que o fundo participa. O voto de minerva, desejado por FHC e Daniel Dantas, acabaria com a paridade.

Entre os conflitos decorrentes da luta de nossos diretores, destaca-se o que ocorre com o Banco

Opportunity, que deriva ainda da atuação do ex-diretor de finanças da Previ, João Bosco Madeiro, homem de confiança de Ricardo Sérgio de Oliveira. Daniel Dantas, inconformado com a atuação dos diretores eleitos, esteve recentemente em jantar com FHC, no qual teria pedido a intervenção. Mais uma vez, os cadáveres insepultos das privatizações aparecem para constrianger FHC, preocupado com o impacto eleitoral das possíveis revelações do banqueiro especulador do Opportunity.

A realidade nua e crua é que o presidente FHC teme cada vez mais que as negociatas tucanas sejam reveladas ao país. Em primeiro lugar, pelo momento eleitoral que vivemos. O candidato de FHC, José Serra, não consegue crescer nas intenções de voto, e uma notícia nova sobre suas ligações com Ricardo Sérgio poderia eliminar suas perspectivas. Ademais, FHC teme que possa seguir o caminho de Menem, Salinas e Fujimori, que levados aos tribunais, optaram pelo vexame do exílio, ou acabaram presos. Esses colegas de FHC na aventura neoliberal também rasgaram princípios e fizeram bons negócios com bandoleiros da especulação e da privatização.

A intervenção na Previ foi política, nada tendo a ver com os estatutos. Os fundos, inclusive a Funcef, devem ter uma gestão que impeça os patrocinadores de gerir o fundo de maneira autoritária. Por isso, o estatuto conquistado na Previ tornou-se um "mau exemplo" para os Ricardo Sérgio e os Eduardo Jorge, escalados por FHC e Serra para manipular decisões de investimentos, beneficiando os financiadores do tucanato.

Ricardo Berzoini, 42 anos, é deputado federal e ex-presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (1994/1998) e da CNB/CUT (1992/1994).



A serviço de quem manda

Influência das pesquisas sobre os eleitores cresce ao lado do alinhamento da mídia ao governo

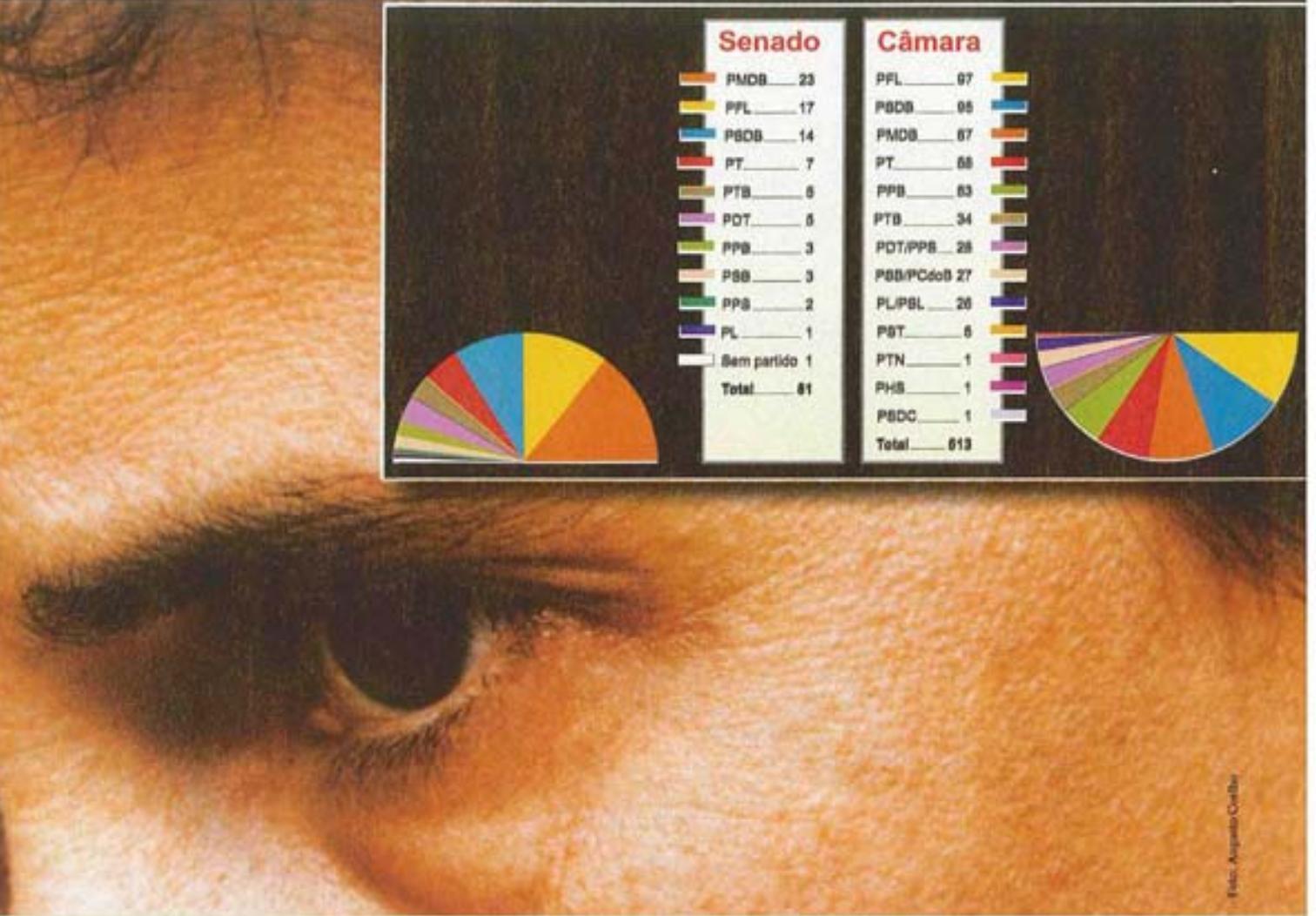
As eleições presidenciais se aproximam e o arsenal usado para eleger ou destruir candidatos está de volta à grande imprensa. Desde a edição do Jornal Nacional para o debate entre Collor e Lula, que foi apontada como decisiva para as eleições de 1989, a mídia surpreende com novas armas. O tiro da vez, ao que parece, será dado pelas pesquisas de intenção de voto e seu uso por jornais, revistas e televisões.

Jornalistas, especialistas e os próprios pesquisadores reconhecem a importância do mecanismo na formação da opinião do eleitorado. "As pesquisas têm muita influência, em particular nos momentos mais próximos da eleição, quando de fato o eleitor toma sua decisão. No Brasil, onde a democracia ainda é uma

novidade, a referência das pesquisas é muito forte para grande parcela dos eleitores", avalia o jornalista Bernardo Ajzenberg, ombudsman do jornal Folha de São Paulo.

A função de Ajzenberg é avaliar seu próprio jornal "sob a perspectiva do leitor" e comentar as notícias da concorrência. Em abril, o jornalista tratou em sua coluna da abordagem das pesquisas pelos meios de comunicação. "O desafio dos jornais estará no tratamento dos dados, na sua interpretação e na transparência com que eles serão veiculados", disse ele.

Em entrevista à FENAE AGORA, Ajzenberg detalha o que isso significa: "a mídia tem obrigação, dado o peso das pesquisas, de traduzir o que os números podem significar. Não basta apresentar a intenção de voto; é preciso explicar as estatísticas mais aprofundadas, como a divisão por faixa de renda, escolaridade, sexo". Para ele, "a influência que as pesquisas exercem depende muito da interpretação dada aos números".



Imprensa pode servir como alavanca para campanhas

O jornalista aponta ainda que, por enquanto, "de um modo geral falta transparência na divulgação dos dados; os jornais fazem um resumo que não é necessariamente deturpador, mas a ausência de determinados elementos mascara a informação". Além das pesquisas, Ajzenberg acredita que três grandes veículos - sem citar os nomes - "têm demonstrado uma tendência pró-Serra, e uma parte significativa da grande imprensa, talvez até majoritária, tem dado uma cobertura a favor do candidato do governo".

Neste cenário, o jornalista é cauteloso, mas reconhece que uma nova armadilha como o famoso debate editado em 89 pode se repetir. "Não descarto uma manipulação daquele tipo, ou então fatos como a guerra de dossiês de março, que podem voltar a aparecer quando as candidaturas estiverem oficializadas ou quando o segundo turno estiver consolidado".

Ele ainda alerta para outros fatores que podem resolver a eleição a favor de um candidato, especialmente sob as bênçãos da grande imprensa. O primeiro é a propaganda eleitoral na televisão, "um grande palanque". Já sobre a programação, "especificamente sobre o noticiário, a televisão pode ter influência monstruosa".

O cientista político Marcos Coimbra, diretor do Vox Populi, um dos maiores institutos de pesquisa do país, aponta que a manipulação de informações em favor dos candidatos governistas pode acontecer da mesma forma que se apresenta, de maneira tendenciosa, qualquer outra informação. "Pode-se dizer, por exemplo, que o tratamento da imprensa alarmista induz o eleitor a tentar evitar riscos. Não é a pesquisa que é tendenciosa", comenta o cientista.

Coimbra também acredita que "a pesquisa eleitoral desempenha papel crescente no Brasil e no mundo", e por

isso crescem as atenções sobre os institutos. Ele cita, como exemplo, que "mais de 60% da cobertura jornalística sobre as eleições americanas, em 2000, baseou-se nos resultados das pesquisas".

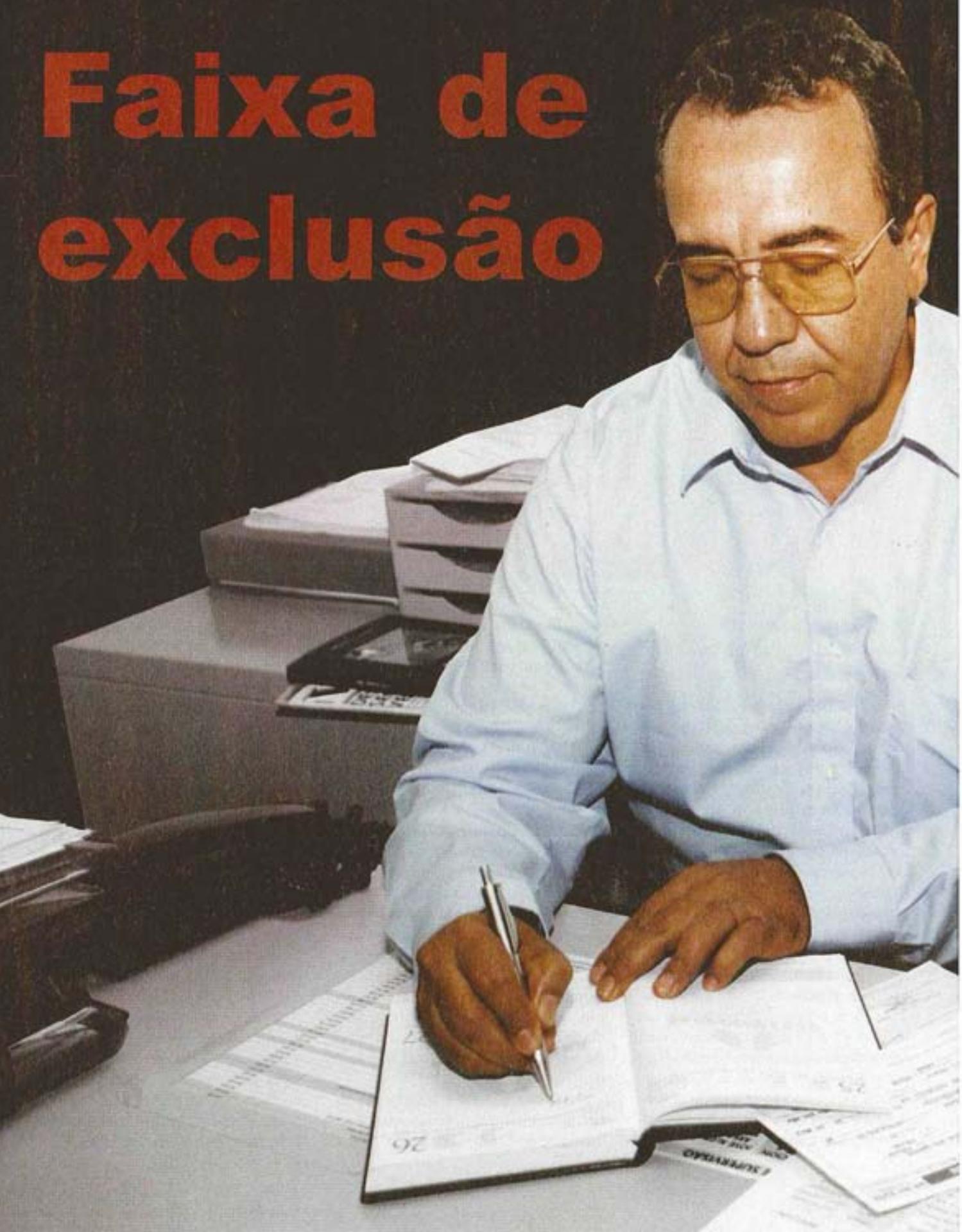
O crescimento da importância das pesquisas, no entanto, não significa para Marcos Coimbra que elas influenciem o eleitor. "Elas fazem parte do processo político, assim como outras questões. O exemplo da França é uma demonstração eloquente de que as pessoas não se guiam exclusivamente pelas pesquisas", diz.

Já o professor Mauro Porto, coordenador do Núcleo de Estudos de Mídia e Política da Universidade de Brasília (UnB), afirma que "ainda existem muitos exemplos de tentativa de manipulação das informações".

Ele destaca, neste processo, o papel fundamental da televisão na formação de opiniões na sociedade e o fenômeno do coronelismo eletrônico, desde o fim da ditadura militar, com "o uso da mídia por oligarquias locais estaduais para consolidar seu poder político".

CAPA

Faixa de exclusão



■ Texto: Marco Achilles Sardi
Fotos: Augusto Coelho

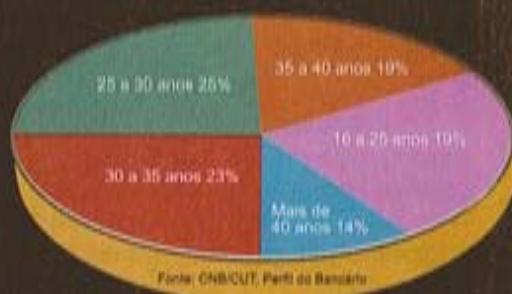
Desemprego atinge quase um quinto da população brasileira e está crescendo entre pessoas com mais de 40 anos de idade

O desemprego entre as pessoas com mais de 40 anos, na região metropolitana de São Paulo, cresceu de 11% em 1985 para 19,8% em 2000, segundo pesquisa do Dieese e Seade. O crescimento é bem maior que em outras faixas etárias, como entre 18 e 24 anos (de 31,9% para 32,1%) e entre 25 a 39 anos (de 29,1% para 31,6%).

O número frio esconde uma realidade perversa. O mercado de trabalho está excluindo quem chega aos 40 anos. Relativamente comum nas empresas privadas, que costumam demitir funcionários experientes para contratar jovens com salários mais baixos, a prática também atinge hoje o setor público. Quando era presidente da Caixa, o economista Paulo Carrazza sugeriu que os empregados mais velhos, a "massa velha", fossem substituídos na empresa.

Orientador da Caixa revela o que acontece no mercado de trabalho brasileiro em geral. O IBGE acabou de divulgar os dados do Censo 2000, segundo os quais há 46,7 milhões de pessoas com mais de 40 anos no Brasil, em uma população total de 169,8 milhões. Dos 46,7 milhões, 24,1 milhões fazem parte da população economicamente ativa (PEA) e 21,8 milhões estão fora do mercado de trabalho, por motivos como a falta de oportunidades, idade e outros. E, mesmo entre as pessoas que estão no mercado, 2,1 milhões apenas com mais de 40 anos estão desempregadas. O sociólogo Sadi Dal Rosso, professor da Universidade de Brasília, comenta que a crise de emprego que acontece em todo o mundo atinge principalmente "as pessoas com idade mais avançada, mesmo com capital cultural, e os jovens sem experiência". A linha de corte, no primeiro caso, não é necessariamente aos 40 anos, mas um ponto acima.

Idade dos bancários



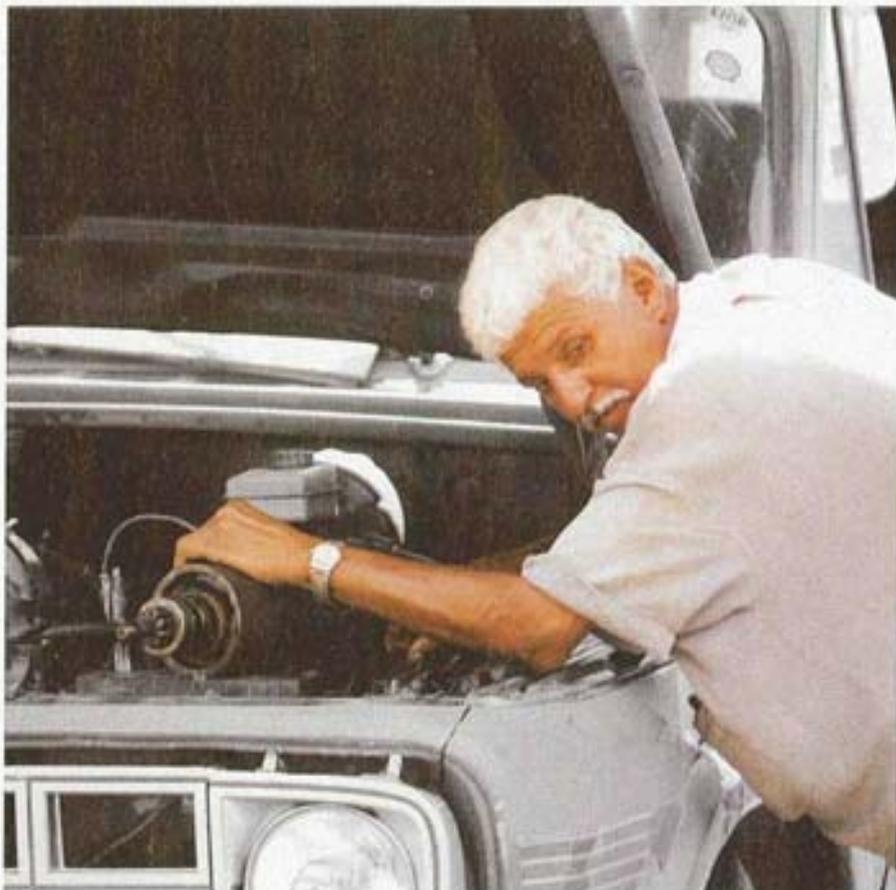
Dal Rosso alerta que "o desemprego no Brasil e na América Latina é tão grande que mesmo pessoas com qualificação não conseguem trabalho". A solução pressupõe "uma política de Estado, que aproveite a qualificação do grande contingente de trabalho do país". Ele aponta que, para reverter o quadro de desemprego, não basta a retomada do crescimento econômico, que não vai gerar os empregos necessários. "Na Europa, há outras iniciativas, como a redução da jornada, que vai gerar postos de trabalho mas contra a qual há uma resistência do empresariado. Já no Brasil isso é diferente. Temos uma quantidade muito grande de infra-estrutura necessária ainda a fazer, como as milhões de moradias em falta ou o saneamento precário", sugere o sociólogo.

O professor da UnB, autor de livros como "A jornada de trabalho na sociedade" e "O debate sobre a redução da jornada de trabalho", tem doutorado pela Universidade do Texas, em Austin, Estados Unidos, e pós-doutorado pela Universidade de Milão, Itália. Ele é especialista em sociologia do trabalho, que analisa o trabalhador tanto em seu ambiente de trabalho quanto em seu grupo e classe social.

Desemprego aflige também quem está trabalhando

Para superar a crise mundial de emprego, o professor acredita que as pessoas com mais de 40 anos "dependem muito da bagagem que trazem de elementos culturais, profissionais, ex-

periências anteriores". Ou seja, "sua probabilidade depende desse estoque de experiências". O sociólogo francês Pierre Bourdieu conceitua essa necessidade competitiva como "capital social ou cultural", ou "um estoque de conhecimentos, experiências, vivências, qualificações, que tornam um grupo, a princípio, mais apto a encontrar recolocação".



Se o desemprego aflige diretamente quase 20% da população brasileira, com maiores reflexos para quem passou dos 40 anos, mesmo quem tem um trabalho sofre suas consequências. Dal Rosso explica que "a situação atual age de forma perversa sobre quem está trabalhando, porque a competição pelos poucos postos de trabalho afeta e ameaça quem está trabalhando".

O professor da UnB lamenta ainda que esta situação atinja trabalhadores nesta idade, "o auge da produção profissional", ou então pessoas com mais de 60 anos, que já deveriam estar aposentadas mas precisam de um emprego.

A economista Maria da Graça Ohana Pinto, coordenadora da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF) pelo Dieese, acrescenta que a situação é agravada exatamente pela necessidade que as pessoas mais velhas têm de permanecer no mercado de trabalho. Segundo ela, "a queda na renda, pelo baixo rendimento da aposentadoria ou pelo aumento do desemprego entre os chefes de família, explica porque se intensifica o ingresso de outras pessoas da família no mercado". É justamente entre as mulheres que se verifica um aumento na procura por emprego, "não somente pela emancipação feminina, mas pela necessidade familiar".

O Dieese também descobriu que a participação feminina no mercado de trabalho, apenas entre mulheres com mais de 40 anos, cresceu de 33,4% em 1989 para 40,1% em 1996.

Distribuição dos bancários e trabalhadores em geral segundo a faixa etária

Gênero e faixa etária	São Paulo		Belo Horizonte		Recife		Porto Alegre		Salvador		Distrito Federal	
	Total	Bancário	Total	Bancário	Total	Bancário	Total	Bancário	Total	Bancário	Total	Bancário
Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17	4,9	—	4,6	—	3,9	—	3,9	—	4,5	—	0,0	—
18 a 24	23,5	21,6	24,8	19,7	22,0	—	22,0	18,4	22,8	19,2	22,3	17,8
25 a 30	20,3	22,2	19,4	21,7	20,6	—	20,6	14,6	20,1	22,6	21,6	15,5
31 a 39	23,7	28,5	23,5	30,1	24,8	31,5	24,8	28,3	24,4	28,2	25,0	30,8
40 e mais	27,6	—	27,5	26,1	28,7	31,3	28,7	—	28,2	28,1	28,3	32,8
Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 a 17	4,2	—	2,8	—	2,8	—	3,4	—	2,3	—	1,7	—
18 a 24	25,1	22,4	24,5	23,0	20,6	28,3	22,5	22,5	20,9	27,1	21,6	26,7
25 a 30	20,4	26,6	19,3	26,3	20,3	—	18,0	18,2	20,1	21,7	21,3	15,7
31 a 39	24,3	30,4	25,5	26,8	26,8	26,2	25,2	29,1	25,9	27,9	28,1	28,1
40 e mais	26,4	18,6	27,8	21,9	21,9	—	30,8	27,6	31,2	20,7	27,3	25,6

Quando o índice é (—), a amostra não comporta a desagregação para a categoria

Fonte: Dieese/Seade e entidades regionais. Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), janeiro de 1998 a julho de 2000

Mudanças no mercado agravam a falta de empregos

Não é apenas o desemprego que marginaliza os trabalhadores, em especial quem tem mais de 40 anos. Adriana Gomes, vice-presidente da Catho, uma das maiores empresas de recrutamento e recolocação profissional do país, observa que o mercado no Brasil está passando por transformações muito rápidas e drásticas pelo menos nos últimos 12 anos, que afeta principalmente quem volta a procurar trabalho depois de muito tempo empregado. "Apesar deste movimento estar acontecendo desde 90, as pessoas não sentem as mudanças e a turbulência quando estão empregadas, mas sim quando voltam ao mercado", explica Adriana. Ela completa que o problema acaba potencializado para quem passou dos 40, geralmente fora

do contexto de inovações tecnológicas e afastado de reciclagem profissional ou de formação.

Para a especialista em empregos, "além do mercado ter ficado mais exigente de alguns anos para cá, existe ainda um preconceito por conta da idade". Ela reitera que "isso não acontece tanto em cargos de alta gerência ou diretoria, mas os profissionais que não atingiram esse nível hierárquico têm dificuldades de competitividade".

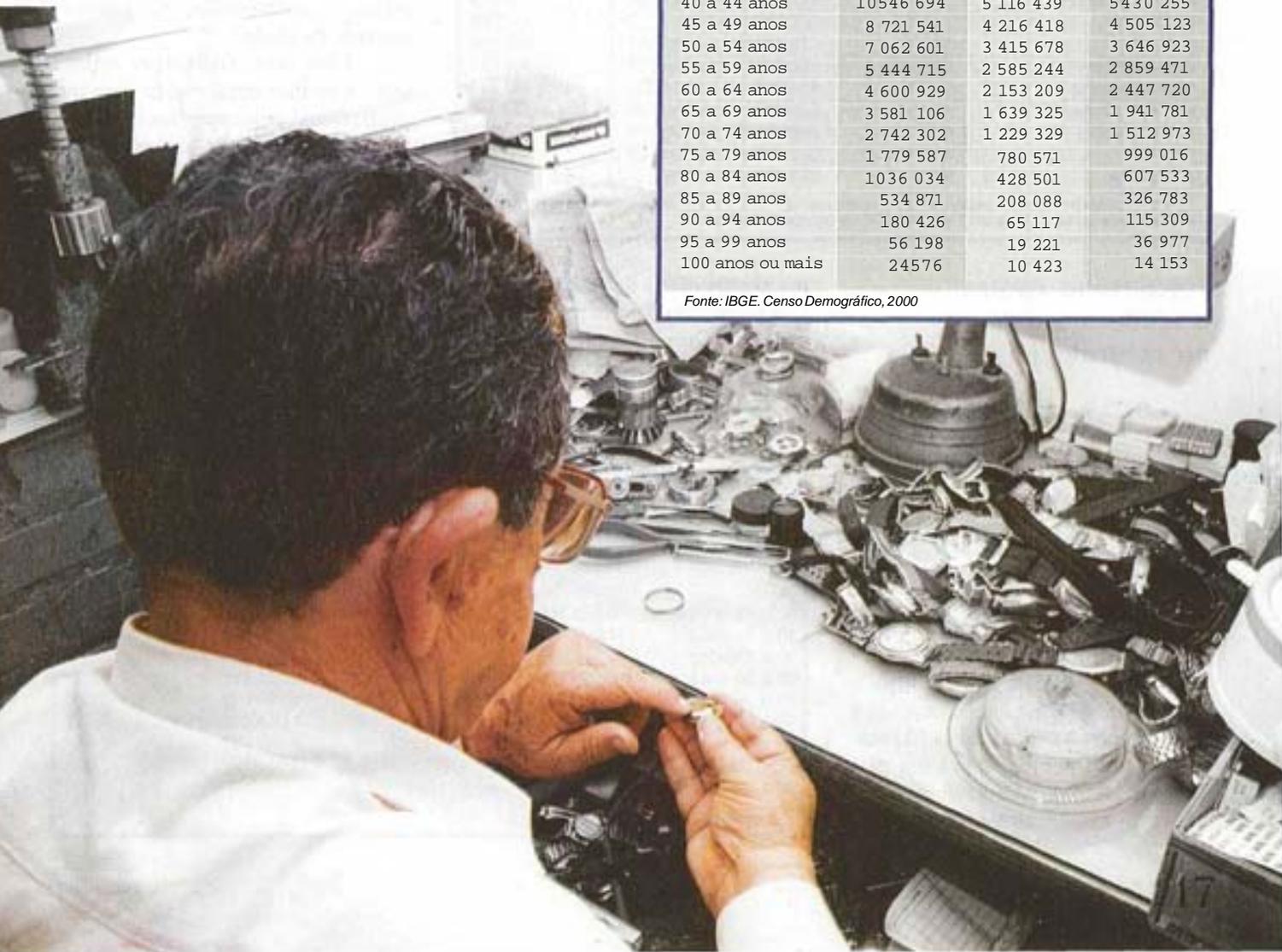
Mesmo com essa dificuldade imposta pelo mercado de trabalho, Adriana Gomes aponta algumas qualidades exclusivas dos profissionais com mais de 40 anos, que interessam a boa parte das empresas. "Experiência, que os mais jovens não

têm, conta ainda mais se o profissional estiver reciclado e atualizado, porque o conhecimento de 10 anos atrás não vai servir para hoje". Ela alerta inclusive que "quem está entrando no mercado hoje também precisa buscar conhecimento e atualização".

O perfil de experiência e conhecimento anterior, segundo Adriana, é muito procurado por empresas menores. A conclusão vem a partir de pesquisas realizadas pelo grupo Catho, que mantém em sua página na internet um banco de dados com mais de 100 mil ofertas de empregos e 80 mil currículos de profissionais.

Grupos de idade	População residente		
	Total	Homens	Mulheres
Total	169 799 170	83 576 015	86 223 155
0 a 4 anos	16 375 728	8 326 926	8 048 802
5 a 9 anos	16 542 327	8 402 353	8 139 974
10 a 14 anos	17 348 067	8 777 639	8 570 428
15 a 19 anos	17 939 815	9 019 130	8 920 685
20 a 24 anos	16141 515	8 048 218	8 093 297
25 a 29 anos	13849 665	6 814 328	7 035 337
30 a 34 anos	13 028 944	6 363 983	6 664 961
35 a 39 anos	12261 529	5 955 875	6 305 654
40 a 44 anos	10546 694	5 116 439	5430 255
45 a 49 anos	8 721 541	4 216 418	4 505 123
50 a 54 anos	7 062 601	3 415 678	3 646 923
55 a 59 anos	5 444 715	2 585 244	2 859 471
60 a 64 anos	4 600 929	2 153 209	2 447 720
65 a 69 anos	3 581 106	1 639 325	1 941 781
70 a 74 anos	2 742 302	1 229 329	1 512 973
75 a 79 anos	1 779 587	780 571	999 016
80 a 84 anos	1036 034	428 501	607 533
85 a 89 anos	534 871	208 088	326 783
90 a 94 anos	180 426	65 117	115 309
95 a 99 anos	56 198	19 221	36 977
100 anos ou mais	24576	10 423	14 153

Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 2000



Pessoas de 20 anos ou mais de idade, não economicamente ativas, por grupos de idade, segundo o sexo e o motivo de impedimento para começar ou voltar a trabalhar (nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre)

Sexo e motivo de impedimento para começar ou voltar a trabalhar	Pessoas de 20 anos ou mais de idade, não economicamente ativas			
	Total (1)	Grupos de idade		
		20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
Total (1)	8 777 005	3 170 093	2 794 747	2 812 163
Não está pronto para o trabalho	109 302	76 392	23 705	9 206
É muito jovem	15 577	13 046	0	2 532
É muito velho	1 230 809	18 248	267 540	945 022
Doença/ Invalidez	1 181 998	120 239	473 369	588 388
Não encontra trabalho	883 345	578 336	236 634	68 374
Falta de trabalho adequado	576 758	293 890	193 880	88 988
Afazeres domésticos	2 505 042	1 256 232	901 732	347 080
Outros	1 297 204	472 645	453 770	370 791
Sem declaração	976 970	341 068	244 116	391 787
Homens (1)	2 020 475	451 398	574 110	994 965
Não está pronto para o trabalho	22 967	19 096	1 978	1 892
É muito jovem	7 088	5 265	0	1 824
É muito velho	403 417	1 806	65 879	335 734
Doença/ Invalidez	402 913	37 448	145 352	220 114
Não encontra trabalho	222 973	122 034	62 196	38 743
Falta de trabalho adequado	164 276	57 936	56 731	49 608
Afazeres domésticos	24 894	6 310	5 116	13 468
Outros	430 385	94 145	145 582	190 658
Sem declaração	341 562	107 361	91 277	142 924
Mulheres (1)	6 756 530	2 718 693	2 220 636	1 817 201
Não está pronta para o trabalho	86 337	57 297	21 726	7 313
É muito jovem	8 488	7 781	0	708
É muito velha	827 392	16 442	201 661	609 286
Doença/ Invalidez	779 085	82 791	328 017	368 274
Não encontra trabalho	660 374	456 302	174 439	29 631
Falta de trabalho adequado	412 481	235 954	137 149	39 380
Afazeres domésticos	2 480 149	1 249 919	896 615	333 612
Outros	866 818	378 499	308 189	180 131
Sem declaração	635 407	233 708	152 837	248 863

(1) O total pode não ser a soma das parcelas, por questões de aproximação, decorrentes do uso de pesos fracionários para expansão das amostras. Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego, abril de 1996

Preconceito contra a idade é maior na contratação

O escritor Max Gehringer observa que preconceito maior com pessoas mais velhas, no mundo do trabalho, acontece na hora da contratação. "E ele vem de longe: os primeiros anúncios indicando 'idade entre 25 e 40 anos' vêm dos distantes anos 1970", lembra o ex-executivo, que deixou o topo das corporações depois de ter ocupado as direções de empresas como a Pepsi, Elma Chips e Pullman no Brasil, tendo começado a trabalhar como faxineiro, aos 12 anos. "Isso ocorre porque somos um país de jovens e as empresas sempre acreditaram - erroneamente - que a sem-

pre grande oferta de candidatos mais jovens permitiria garimpar gente com mais entusiasmo e menos vícios profissionais", acrescenta Gehringer, autor de crônicas hilárias sobre o mundo corporativo.

Já as empresas que se desfazem de seus profissionais mais experientes, para ele, "supõem que um profissional mais jovem trará melhores resultados". Entre os motivos, Gehringer aponta que "há a crença de que jovens têm menos restrições familiares, portanto podem trabalhar mais horas sem ter que dar explicações em casa, e estão mais disponíveis para deslocamentos". Ainda outro fator é que "o jovem custa menos, e um exemplo é o plano médico, porque o jovem tem menos dependentes ou, geralmente, nenhum dependente".

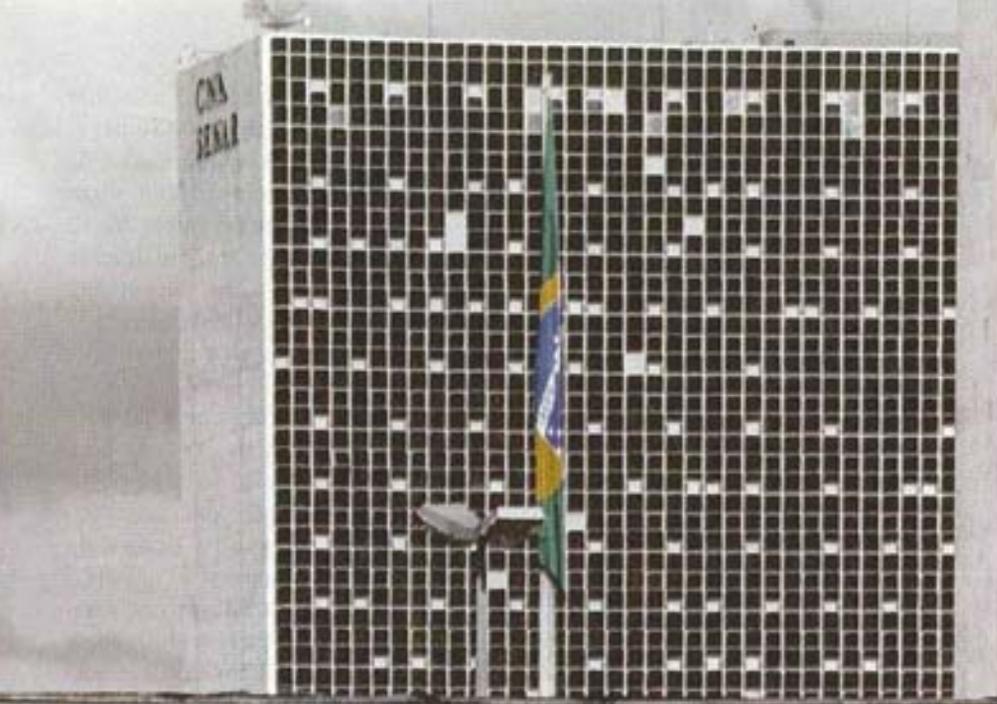
Mesmo assim, o ex-executivo não acredita que a idade seja determinante para que um profissional passe a ser indesejável. Para Gehringer, "empresas descartam profissionais porque estão desatualizados e, portanto, menos aptos a acompanhar o ritmo das mudanças, principalmente as tecnológicas". Ele refuta o que chama de "complô generalizado". E acrescenta: "o que é valorizado é o resultado apresentado, independentemente da idade".

Com isso, Gehringer estima que "a melhor combinação para um profissional é a experiência com a atualização: pessoas que nunca pararam de estudar, fazendo cursos como computação e línguas, por exemplo, não têm por que serem descartadas". Ele também aponta que a experiência acumulada, "que torna as pessoas com mais de 40 anos mais capazes de analisar bem uma situação antes de tomar uma decisão", é uma vantagem óbvia para trabalhadores mais velhos.

Pessoas de 10 anos ou mais por condição de atividade

Grupos de idade	Total	Economicamente ativas	Inativas	Sem declaração
TOTAL	130.095.790	79.315.287	50.737.041	43.462
10 a 14 anos	16.995.386	2.817.889	14.161.950	15.547
15 a 19 anos	17.023.763	8.933.322	8.084.322	6.119
20 a 24 anos	14.342.318	10.922.147	3.416.558	3.613
25 a 30 anos	12.368.358	9.861.249	2.505.452	1.657
30 a 39 anos	23.882.350	19.479.820	43.984.92	4.038
40 a 49 anos	18.668.197	14.805.080	4.054.395	6.722
50 a 60 anos	12.283.321	7.991.017	4.289.857	2.447
60 anos ou mais	14.512.803	4.691.762	9.819.722	1.319
idade ignorada	19.294	13.001	6.293	0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Emprego, 1999



emprego



Caixa quer pagar menos a profissionais mais jovens

A busca de lucro com custos reduzidos por parte das empresas acompanha a justificativa da troca de profissionais experientes por outros, mais jovens, que aceitem ganhar menos. Até mesmo alguns setores da economia aceitam a justificativa, questionável, de que os trabalhadores com mais de 40 anos, necessariamente, não se atualizam. O presidente anterior da Caixa Econômica Federal, Emílio Carazzai, no entanto, condensou em discurso não muito remoto todos os preconceitos indefensáveis contra os profissionais com mais experiência. Ainda no primeiro semestre de 2001, Carazzai, que tem 52 anos, apontou os principais "defeitos" dos empregados da Caixa: "idade média de 40 anos; tempo de casa muito grande; ausência de reposição de quadros; treinamentos seriam desnecessários se o corpo funcional fosse mais jovem; a 'massa velha' se constitui um estorvo". Ou seja, os motivos que levam a Caixa a se desfazer de seus trabalhadores não têm nada a ver com reciclagem profissional ou acomodação.

O foco exclusivo no mercado, que se choca contra a missão social da Caixa, fica mais claro a partir do contexto em que Carazzai apontou os problemas do corpo funcional da empresa. Ele apresentava ao Conselho de Administração da Caixa, à época, razões para a divisão da corporação em duas empresas, o que incluía o fim da prioridade à habitação. Carazzai, afastado da presidência este ano na esteira da briga entre PFL e PSDB, considerava como problema para a Caixa o fato da missão social ter preferência sobre o negócio bancário na empresa. "O desenvolvimento de atividades desfocadas ou descompromissadas com resultados contribuíram e contribuem para o desfavorecimento financeiro da instituição", disse ele.

Trabalhadores sem formação têm recolocação difícil

Os empregados da Caixa em geral têm curso superior; os vários anos de casa em uma empresa pública respeitada, além disso, seriam fatores a favor numa eventual procura por emprego. É a chamada "bagagem de elementos culturais, profissionais e experiências anteriores" das quais falava Pierre Bourdieu. Mesmo para profissionais com o perfil dos trabalhadores da Caixa, no entanto, a crise de emprego é um fator de preocupação, ainda mais com os planos de demissão voluntária em sequência - nos últimos 10 anos, já foram três.

A situação para quem não tem essa formação ou conhecimento técnico acumulado, então, adquire contornos mais problemáticos. "Ainda temos no Brasil uma quantidade muito

grande de pessoas que estão procurando trabalho", avalia Sadi Dal Rosso, da UnB, que acrescenta: "e quem não tem qualificação é maioria, proporcionalmente, nesse grupo".

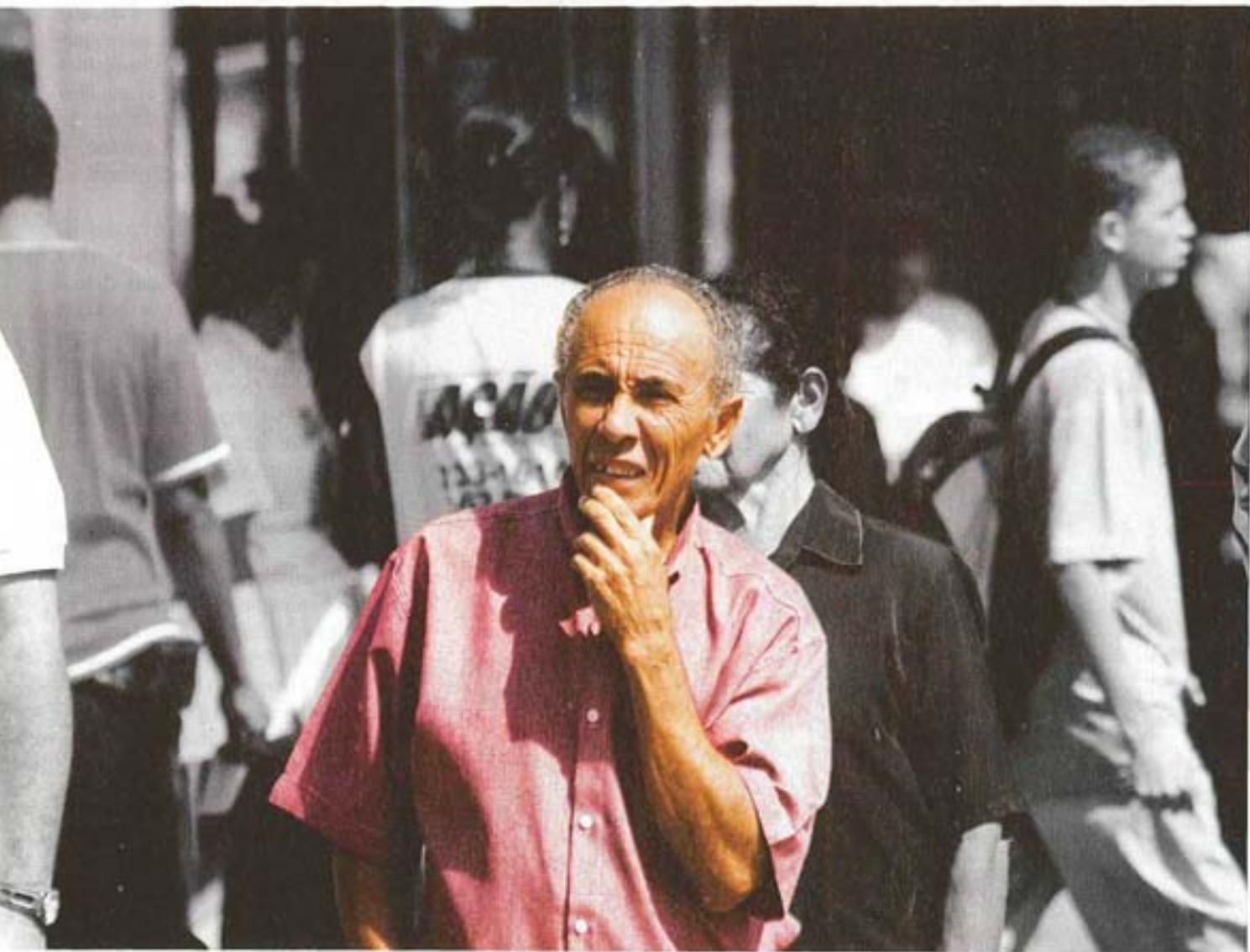
É o caso do goiano Raimundo Pereira de Souza, de 48 anos. Ele está sem trabalho há dois meses. "O mais difícil é que as empresas não têm vaga", atesta. Como Raimundo Souza, o pernambucano Francisco de Assis, 44 anos, faz serviços gerais e tem enfrentado dificuldade para conseguir emprego. Assis fala que "antes não era difícil, mas agora tem muita firma de manutenção e as empresas preferem contratar essas firmas". Ele acrescenta que "a pessoa tem que ter no mínimo dois anos de experiência, segundo grau e às vezes até um trabalho que não depende muito da escolaridade exige isso".

Por estar cansado de trabalhar em lugares que exigiam muito e pagavam pouco, o goiano Valdir Carlos da Silva, de 38 anos, resolveu virar lavador e guardador de carros há 12 anos. Nesse período, eventualmente trabalhou "fichado". Mas ele lamenta que "muitas vezes trabalhar contratado rende uma mixaria que não compensa".

Com cerca de 27,5 milhões de pessoas com mais de 40 anos na população economicamente ativa, segundo dados do IBGE, é possível que até 5 milhões de pessoas estejam na mesma situação de Valdir, Raimundo, Francisco.

A política de desemprego no Brasil nega condições de vida, saúde, saneamento, moradia, educação e alimentação para boa parte da população. E consegue ser ainda mais perversa para quem tem mais de 40 anos.

População com mais de 40 anos é de 27,5 milhões e até 5 milhões podem estar sem trabalho



Especialistas apontam solidariedade como alternativa

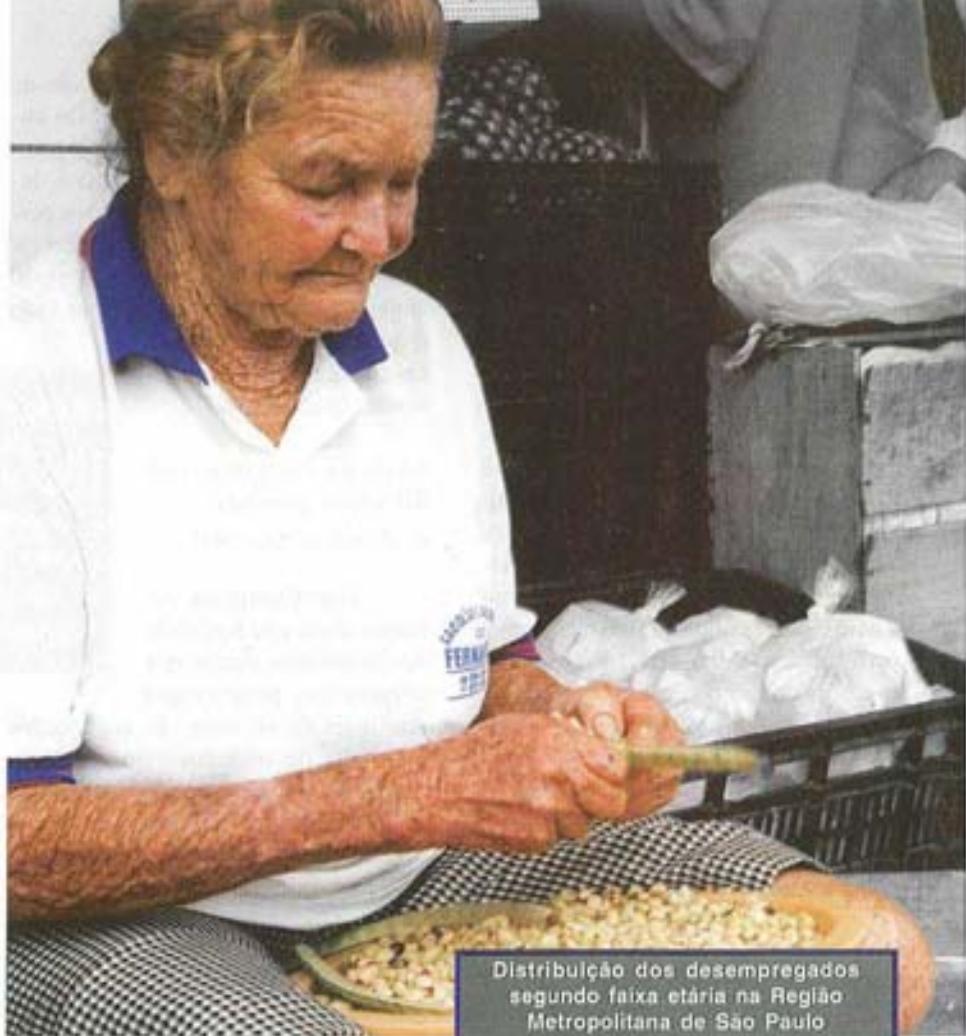
Autores como o alemão Ulrich Beck sustentam que o futuro do trabalho está no auto-emprego e no exercício de diferentes atividades profissionais. Com certa dose de razão, o sociólogo chamou a essa tendência de "brasilização do trabalho". Basta ver a quantidade de profissionais autônomos, pequenos negociantes e camelos nas ruas das grandes cidades para entender as razões do acadêmico.

Sadi Dal Rosso, da UnB, alerta que "o trabalho por conta própria também é sujeito às condições que regem a economia". Por isso, muitos pequenos negócios fecham pouco depois de abrir as portas e um emprego com carteira assinada já é visto como paradigma de estabilidade numa economia cada vez mais informal.

O Brasil já começa a discutir, no entanto, um passo à frente no conceito, que é a idéia de economia solidária. "A geração de trabalho fora da lógica capitalista inclui o sistema cooperativo, com a distribuição interna dos ganhos entre os trabalhadores, ou mesmo a solidariedade, que consiste na criação de postos de trabalho pelo qual as pessoas consigam seu sustento", explica Dal Rosso.

Soluções dentro desta lógica, de acordo com o professor da UnB, devem ser adotadas não somente em momentos de crise econômica. Devem, inclusive, ser incentivadas pelos governos centrais. Isso já acontece na Europa. O governo socialista de Lionel Jospin criou o Ministério da Economia Solidária; a Espanha é o país das cooperativas; e a Inglaterra, berço do cooperativismo, também tem um sistema muito eficaz.

No Brasil, há muitas entidades que procuram difundir a idéia do trabalho solidário. O sociólogo alerta, no entanto, que "o auto-trabalho ainda não provou ser eficaz para resolver o problema do desemprego, caso contrário não haveria pessoas sem trabalho". Para ele, "não é a solução para o que vemos hoje no Brasil, apesar de preencher um papel fundamental, especialmente no campo".



Pesquisa revela chances profissionais a partir das médias de idade

Três levantamentos realizados em 1996 para a Catho com executivos de grandes empresas, por Thomas e Silvana Case, da Case Consultores, revelam que profissionais de gerência e administração com mais de 40 anos são considerados os mais pontuais, flexíveis - e ao mesmo tempo mais resistentes a mudanças -, os que exigem maior remuneração, mais lêem sobre negócios e tomam as melhores decisões. Na média das entrevistas, feitas com executivos de 31 empresas, "a idade mediana dos executivos com o melhor desempenho na empresa é 45 anos".

Mesmo assim, num exercício proposto pelos pesquisadores, 70% dos en-

Faixa	1985	1990	1995	2000
10 a 14 anos	10,0	9,1	7,1	3,0
15 a 17 anos	17,6	16,5	16,1	13,4
18 a 24 anos	31,9	31,6	30,4	32,1
25 a 39 anos	29,4	31,0	31,2	31,6
40 anos e mais	11,0	11,8	15,1	19,8

Fonte: Convênio Seade e Dieese. Pesquisa de Emprego e Desemprego

trevidados demitiriam um executivo de 60 anos que tivesse mesmo salário e desempenho que pares de 50,40 e 30 anos. A pesquisa informa ainda: "a decisão depende em grande parte da idade do executivo respondente. O executivo de 60 anos demite menos executivos de 60 anos (57%) e mais de 30 anos (39%). O executivo jovem (29 anos ou menos) demite mais executivos de 60 anos (86%) e menos os de 30 anos (14%)".

A pesquisa ainda revela que "as empresas encontram meios de 'se livrarem' de executivos ou profissionais sem potencial para promoção, quando se tornam mais velhos". O principal motivo apontado é que a seqüência de trabalho na mesma empresa faz com que ganhem até o dobro de um profissional em início de carreira.

Crise psicológica e física se agrava pelas dificuldades com o trabalho

Para quem tem mais de 40 anos, a crise no mercado de trabalho acaba sendo potencializada pelos problemas naturais da idade. "A crise dos 40 realmente existe", decreta o médico José Rodrigues, especialista em terapias alternativas. Ele observa que "as pessoas acabam tendo uma série de problemas, principalmente emocionais, como a auto-estima em baixa, dúvidas com a performance sexual, crises no casamento e problemas no emprego".

O médico indica um círculo vicioso causado pelo preconceito do mercado de trabalho e da sociedade em geral sobre quem tem 40 anos ou mais: "tanto para quem procura quanto para quem consegue emprego, a ansiedade

é muito grande, pela necessidade de corresponder às expectativas". De outro lado, Rodrigues comenta que o principal antídoto contra o problema é "levantar a auto-estima, para a pessoa perceber que tem condições de superar todos os contratempos", afinal, "aos 40 anos, a pessoa vai poder aplicar tudo o que aprendeu, pois está em sua maturidade profissional, física, sexual".

Falta de cuidados aos 30 anos provoca problemas aos 40

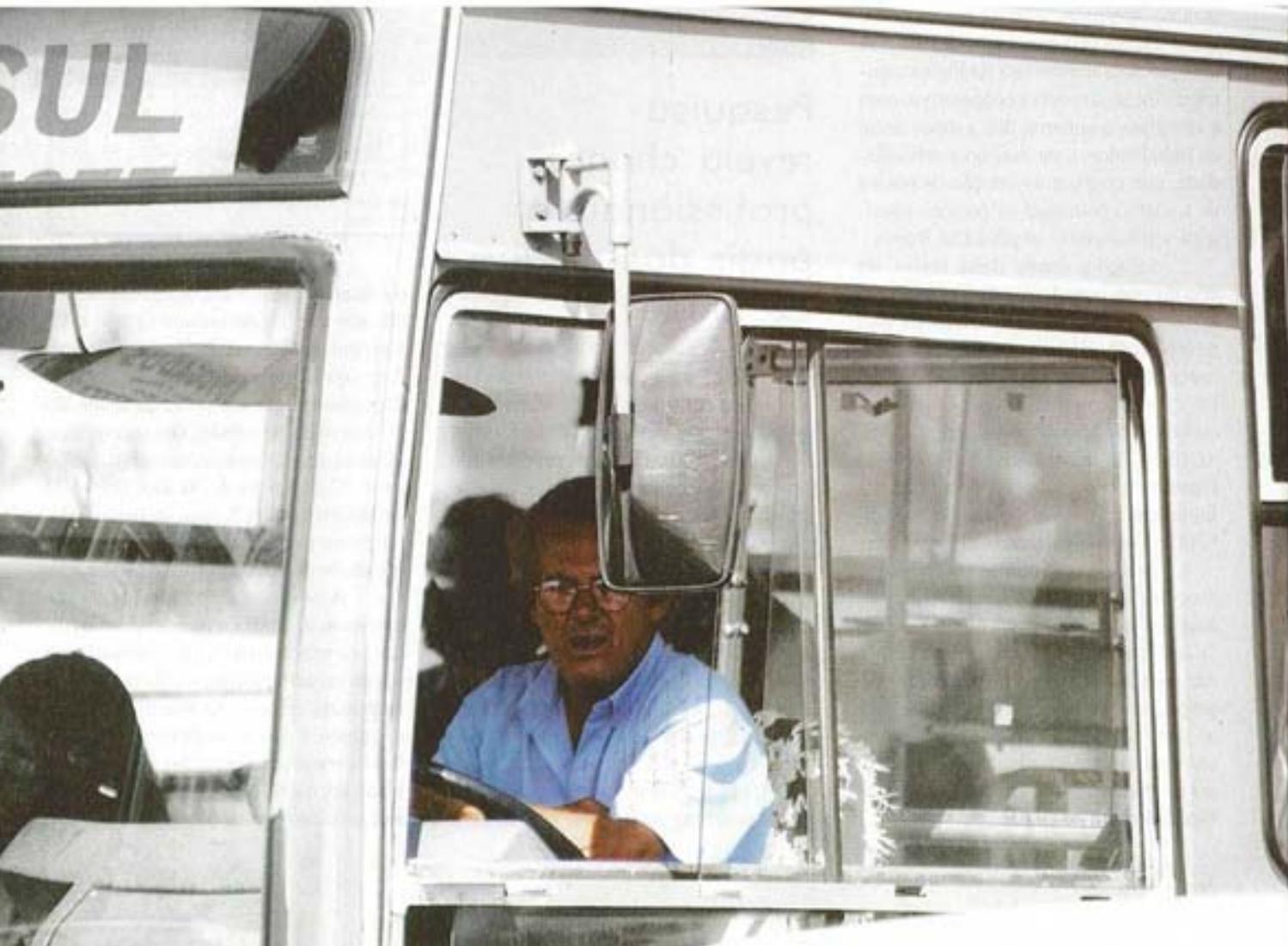
José Rodrigues comenta ainda que boa parte dos problemas físicos que surgem nas pessoas que têm mais de 40 anos são provocados pela falta de cuidados com o próprio corpo nos 10 anos anteriores. Ele atesta que "quem quer vencer profissionalmente acaba se esquecendo de outros aspectos da vida". Caso a pessoa não

tenha se prevenido mais cedo, o médico recomenda a retomada de uma atividade física, "que não seja tomada como uma obrigação e faça a pessoa se sentir bem". A receita continua: alimentação bem balanceada e a busca regular por um profissional da área médica, para acompanhamento e orientação, além de exames periódicos.

Coisas como controles rigorosos do colesterol e glicose, do peso também são necessárias, já que hipertensão arterial e diabetes são as doenças mais preocupantes a partir desta faixa etária. "E o estresse é o problema mais comum", acrescenta Rodrigues.

O estresse, segundo o médico, está na raiz de vários outros problemas, como dores na coluna, dores lombares, enxaqueca, tendinite. "A necessidade de atingir metas afeta muito o equilíbrio das pessoas", reconhece ele.

Auto-estima em baixa e problemas sexuais estão entre as crises para quem passa dos 40



Dívida & dúvida

Fernando Nogueira da Gosta

Sem certeza, com dúvida. Ao contrário da expressão usada e abusada na fala nacional - "com certeza" -, eu sinto um estado de desconfiança, suspeita. O que será continuidade sem continuísmo? Ou será o contrário?

Peço ajuda ao leitor. Confesso minha hesitação entre opiniões diversas ou várias possibilidades de ação. A mensagem oficiosa eleitoreira é que é possível vencer os desafios das dívidas - interna e externa - sem soluções radicais. Em simultâneo, é viável conjugar ajuste gradual e reformas com crescimento razoável. Mas por que não fizeram isso antes?! Tiveram oito anos para isso!

Ajude-me, leitor! Não abro mão do meu direito de duvidar, de sentir desconfiança, hesitação, incerteza. Afinal, deram-nos uma dívida que não tínhamos, quando se iniciou o atual governo. Lembra-se? Depois do confisco "collorido", o assunto até saiu da pauta. Em janeiro de 1995, quando FHC tomou posse, a dívida líquida do setor público era somente 30% do PIB. Recentemente, bateu em 55%! Cerca de R\$ 685 bilhões. Quem está pagando? No período, a carga tributária subiu oito pontos do PIB, chegando a 33%!

Tenho uma sensação de escrúpulo ou receio de perguntar algo... Mas não posso deixar de lhe lançar certa dúvida sobre a dívida. Era ela inevitável? Recorrentemente, o governo arrecadou mais impostos do

que o necessário para pagar todas as despesas, inclusive para cobrir o déficit da previdência social. Só não deu para pagar todos os juros, toda a correção cambial do *hedge* (proteção) para os estrangeiros, todos os esqueletos. Tudo isso foi o custo da estabilização da taxa de câmbio (e da reeleição)? Pode ser certo tipo de problema ou dificuldade minha... Mas por que aumentar a dívida pública viva, ativa, pelo reconhecimento de antigas dívidas mortas, supostamente enterradas pela própria desistência da cobrança? Em nome da "transparência", essa palavra-chave muito usada e pouco praticada? É transparente o fato de os programas nas áreas de saneamento, educação, meio ambiente, transportes, irrigação e até segurança pública terem gastado abaixo de 70% do previsto no Orçamento de 2001, para gerarem superávit primário naquele ano e "restos a gastar" neste ano eleitoral?

Não sei se é falta de crença ou ceticismo, mas "retirar os esqueletos do armário" não é o tucanês do velho "socializar prejuízos e privatizar lucros"? Se não é, explique-me: por que os contribuintes tiveram de assumir o perdão das dívidas rurais, via capitalização do Banco do Brasil? Para pagar o "direito de reeleger"? Por que a inadimplência no pagamento da casa própria foi premiada pelo lançamento na chamada Podrebrás? Por que entupir os bancos (em especial os públicos) de títulos de dívida pública, estimulando a indústria de fundos e



desestimulando a caderneta de poupança e o crédito?

Até agora, o reconhecimento desses tipos de obrigações "esqueléticas" provocou um aumento de cerca de R\$ 130 bilhões na dívida pública. Foi o dobro do obtido com a privatização de várias empresas estatais. Este programa foi para enterrar o "Estado produtor" e desenterrar os "esqueletos", para alegria dos cemitérios? Teremos, continuamente, mais do mesmo?

Fernando Nogueira da Gosta

Economista, professor associado do IE-Unicamp
fercos@eco.unicamp.br

Transparência e democracia

Associados da Funcef elegem candidatos independentes da direção da Caixa e garantem maior participação na gestão do fundo

A vitória de candidatos ligados ao movimento dos empregados, nas eleições para o Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Funcef, faz parte das ações dos associados dos fundos de pensão em busca de maior participação na gestão dessas entidades. As eleições na Funcef, ocorridas no final de maio, serviram para adequar o fundo de pensão dos empregados da Caixa à nova legislação da previdência complementar. Foram escolhidos três representantes para o Conselho

Deliberativo e dois para o Fiscal (veja lista a seguir). A Caixa, patrocinadora da Funcef, indicou também seus representantes nos conselhos, que são paritários. A posse aconteceu no início de junho, em Brasília.

A lei 108, que deveria ser adotada pelos fundos de pensão até dia 31 de maio, determinou mudanças na composição das entidades de previdência complementar. Os conselhos deliberativo e fiscal passam a ter, respectivamente, seis e quatro membros, mais suplentes. O voto de minerva nas decisões cabe aos participantes, no Conselho Fiscal, e aos representantes da patrocinadora, no Deliberativo. Já a diretoria do fundo passa a ser indicada pelo Conselho Deliberativo.

"A paridade nos conselhos é um avanço, conquistado com a mobilização dos participantes dos fundos de pensão,

mas ainda não é a gestão ideal, que virá apenas com a paridade na diretoria executiva das entidades", avalia Antônio Bráulio de Carvalho, diretor da Fena e representante suplente eleito no Conselho Deliberativo. Bráulio, também diretor da Anapar (Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão), comenta que "ainda assim, a voz ativa nos conselhos dará aos associados maior controle sobre o destino de seus recursos, bem como irá conferir transparência aos atos praticados pelas diretorias indicadas".

A Anapar aponta inclusive que a gestão compartilhada pode ser uma arma dos participantes contra as investidas dos grandes bancos e seguradoras contra o sistema de previdência complementar. Outro problema a ser combatido é o uso político dos investimentos dos fundos para atender aos interesses do governo federal.

A intervenção no fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, a Previ, serve como alerta. A Previ, maior fundo do país, sempre esteve envolvido com denúncias de uso político. A mais recente envolve Ricardo Sérgio, ex-diretor do BB e caixa de campanha do PSDB. A malversação do dinheiro dos associados acabou somente com a implantação da gestão compartilhada, em 98 e ameaçada agora, sob o pretexto da adequação à nova legislação.



Associados da Funcef elegem seus representantes

Os representantes eleitos pelos empregados da Caixa, todos com mais de 10 mil votos, foram os seguintes:

Conselho Deliberativo

- Carlos Caser (*titular*)
- José Carlos Alonso (*titular*)
- Júlio Villas Boas Neto (*titular*)
- Antônio Bráulio (*suplente*)
- Francisco Erismar da Silva (*suplente*)
- Francisca de Assis Silva (*suplente*),

Conselho Fiscal

- José Miguel Correia (*titular*)
- Moysés Leiner (*titular*)
- Marcelo Montanha (*suplente*)
- Cláudio Moraes Soares (*suplente*)

Os conselheiros indicados pela Caixa são os seguintes:

Conselho Deliberativo

- Mário Haag (*titular*)
- Tarcísio José Massote de Godoy (*titular*)
- Paulo Apsan (*titular*)
- Wilson Risolia Rodrigues (*suplente*)
- Paulo Fontoura Valle (*suplente*)
- Jorge Luiz Ávila da Silva (*suplente*)

Conselho Fiscal

- Isabel Pereira de Souza (*titular*)
- Valquíria Xavier Delmondes (*titular*)
- Marcus Antônio Tofanelli (*suplente*)
- José Adroaldo Gonçalves (*suplente*)

Ativos dos fundos (% do PIB)



Fonte: SPC / IBGE / ABRAPP

Fundos são construídos com recursos dos trabalhadores

Estima-se que os fundos de pensão, em todo o mundo, acumulem reservas da ordem de US\$ 13 trilhões de dólares, recursos destinados à proteção de cerca de 40% da população economicamente ativa do planeta. No Brasil, têm patrimônio aproximado de R\$ 139 bilhões, para um total de perto de seis milhões de associados - dois milhões de participantes mais dependentes.

São 364 fundos, dos quais 269 são de empresas privadas e 95 de empresas públicas. As empresas patrocinadoras contribuem com uma parte dos recursos e participantes com outra, normalmente em partes iguais, com pequenas diferenças. No caso da Funcef, por

exemplo, a cada R\$ 1,34 do empregado a Caixa contribui com R\$ 1,00.

Costuma-se dizer que as parcelas pagas por patrocinadoras estatais e empresas de economia mista são recursos públicos, o que não passa de equívoco ou de discurso com má-fé. Os recursos são receitas obtidas nas atividades econômicas ou na prestação de serviços dessas instituições, o que, em última análise, é fruto do trabalho realizado pelos seus quadros profissionais, ou seja, pelos próprios participantes. No final do mês, os trabalhadores desembolsam ainda parte de seus salários para realizar a outra forma de contribuição que lhes cabe. "Portanto não há o que se questionar: os recursos dos fundos de pensão pertencem aos trabalhadores", avalia José Carlos Alonso, diretor da Fenae e conselheiro eleito da Funcef.



Outubro de 2001						Reais (mil)
Pos	Fundos de Pensão	Patrocinadora	Investimentos	Participantes	Dependentes	Assistidos
1	Previ	Banco do Brasil	36.041.776	72.651	276.517	68.388
2	Sistel	Telebras	8.986.397	43.329	189.547	33.841
3	Petros	Petrobras	8.203.920	39.418	213.526	67.003
4	Funcef	Caixa	8.107.239	52.986	139.199	16.768
5	FUnção Cesp	Fundação Cesp	5.335.337	21.219	81.192	24.617
6	Total geral		139.432.905	1.718.780	4.479.732	557.580

Água para a sede de lucro

A despeito das dificuldades que temido no Congresso para fazer avançar a privatização da água e do saneamento, o governo FHC vem tomando iniciativas práticas para a venda das empresas estaduais que operam no setor. O debate no Legislativo parece ser encarado como mera formalidade, em uma questão cujo desfecho já seriam favas

contadas

De acordo com a edição de 1º de Abril do Relatório Reservado, publicação especializada em questões econômicas e em políticas governamentais, o Executivo já teria designado a Caixa Econômica Federal como financiadora dos leilões no setor de saneamento. A publicação diz que o banco já tomou a iniciativa de criar um fundo de investimentos com ativos iniciais da ordem de R\$ 1 bilhão, com a finalidade de capitalizar consórcios de operadoras e fundações. A Funcef, fundo de pensão dos empregados da Caixa, é apontada como "nome quase certo para a empreitada".

A estratégia do governo prevê ainda que, após a reestruturação das companhias arrematadas, a Caixa poderá vender de forma pulverizada suas participações. Consta que já há, inclusive, estudos do governo para que essas ações sejam incluídas no programa de utilização do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

A Fenae e demais representações dos empregados da Caixa (associações de pessoal e sindicatos) consideram inadmissível que a empresa, cujo papel histórico é promover o desenvolvimento urbano, seja transformada pelo neoliberalismo tucano em financiadora da privatização dos serviços de saneamento básico no país. Condenam igualmente o uso da Funcef nesse tipo de "negócio".

Privatização foi prometida ao FMI

A entrega dos serviços de saneamento à iniciativa privada faz parte de acordo firmado pela equipe econômica do governo com o Banco Mundial e o FMI, em 1999. O projeto de lei 4.147/01, que flexibiliza a legislação para facilitar a venda das empresas de saneamento no Brasil, foi encaminhado ao Congresso em fevereiro de 2001. A proposta consiste em retirar a titularidade dos serviços públicos que a Constituição garante aos municípios e transferi-la aos estados. O objetivo é evitar o debate sobre as privatizações nos 5.549 municípios, de forma que o assunto fique restrito aos 27 estados, onde a maioria dos governadores é comprometida politicamente com o governo tucano. Assim, as empresas estaduais de saneamento, cuja venda hoje teria que ser aprovada pelos municípios, iriam facilmente a leilão. Atualmente, todas estão sob controle público e apenas duas delas, as companhias do Pará e do Tocantins, têm parceria com a iniciativa privada. Na primeira, a participação do capital privado é de 38% e, na segunda, de 49%.

Para forçar o avanço do processo de privatização, desde que firmou acordo com os organismos internacionais, comprometendo-se com a contenção de investimentos no setor público, o governo federal decidiu deixar as empresas públicas de saneamento à míngua e cortou os financiamentos da Caixa e do BNDES. Sem novos recursos, muitas dessas empresas, principalmente as de menor porte, passaram a enfrentar grades dificuldades. As perspectivas de aperfeiçoamento tecnológico e da expansão dos serviços viram-se fortemente prejudicadas.

Na avaliação de Walder Suriani, superintendente executivo da Aesbe (Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais), a situação de crise gerada pela restrição a novos financiamentos abriu espaço ainda maior para a propagação do "falso dilema de que as empresas públicas de saneamento são ineficientes". Mas os dados demonstram que, apesar disso, os resultados têm sido consistentes e que as empresas públicas de saneamento conseguem ainda operar com relativo equilíbrio.

De acordo com o SNIS (Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento), ligado à Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, em 2000 as 24 empresas estaduais registraram faturamento da ordem de R\$ 9,2 bilhões, enquanto as municipais alcançaram cerca de R\$ 2 bilhões. As estaduais conseguiram, inclusive, realizar investimentos de R\$ 6,7 bilhões entre 1998 e 2000. Nesse período, promoveram uma redução de 11,5% nas despesas com pessoal próprio e elevaram em 15% o valor da tarifa média dos serviços.

Dos mais de cinco mil municípios brasileiros, 3.821 têm abastecimento de água pelas companhias estaduais, sendo que a distribuição é geralmente feita por companhias municipais. Os municípios que têm serviços próprios de água e esgoto somam 1.671.

Walder Suriani chama atenção para o fato de ser este um modelo regionalizado de prestação de serviços, que possibilita atendimento tanto aos municípios grandes como aos pequenos. A operação nas cidades de maior porte, sobretudo nas regiões metropolitanas, é que ofereceria condições para o poder público levar o atendimento também aos pequenos municípios, dentro do princípio da universalização dos serviços básicos de saneamento.

Para o diretor da Aesbe, a prestação de serviços no setor de saneamento

Companhias Estaduais de Saneamento Básico

Investimentos em bilhões	1998	1999	2000	Total
Recursos próprios	1.143	909	970	3.022
Recursos onerosos	1.487	678	533	2.698
Recursos não onerosos	461	215	311	987
Total	3.091	1.802	1.814	6.707

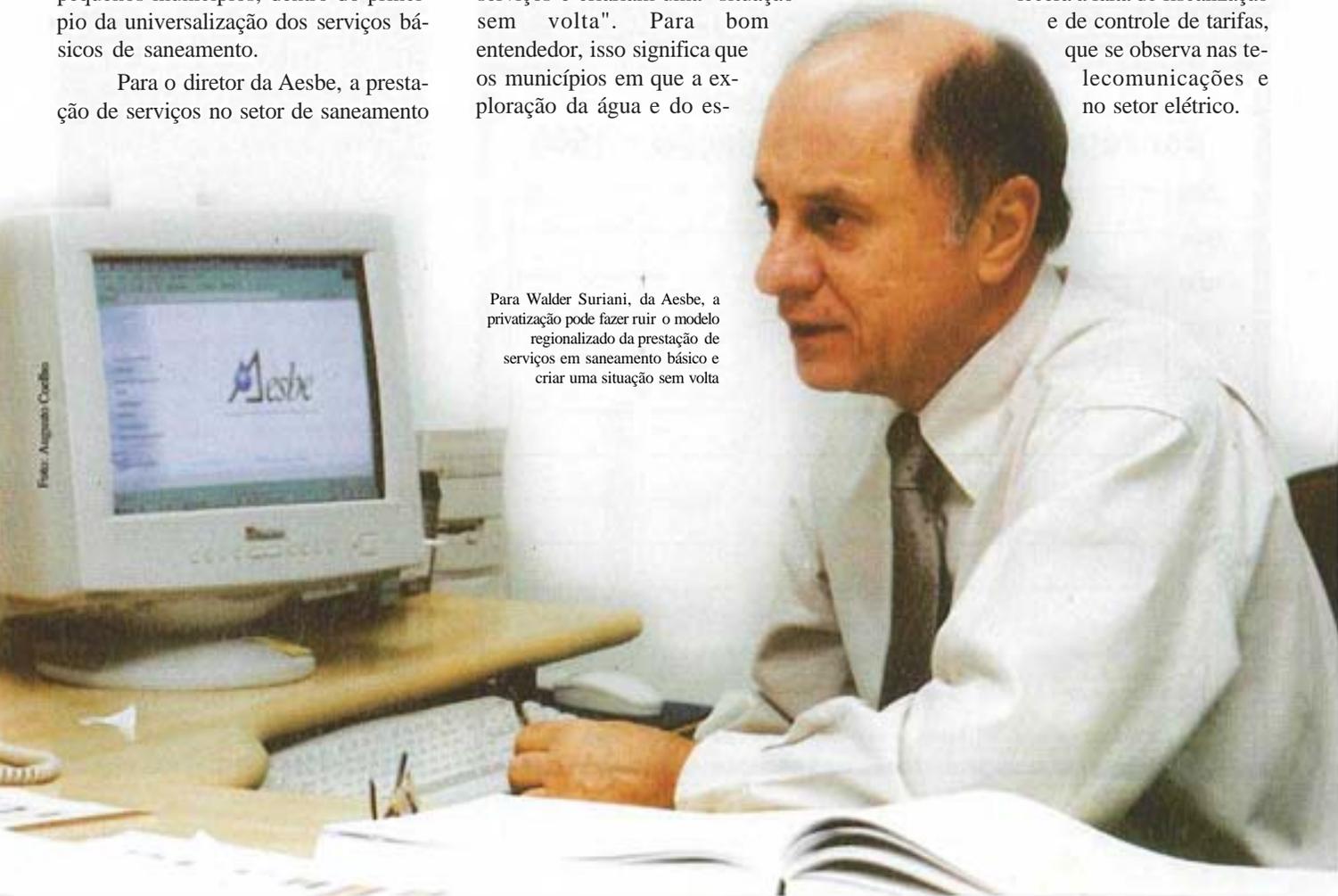
Valores em bilhões	1998	1999	2000	%
Receitas totais	8.517	8.725	9.224	8,00
Despesas totais	7.824	7.972	9.369	19,50
Despesas pessoal próprio	2.868	2.592	2.543	-11,50
Juros e encargos dos financiamentos	555	666	1.251	126,00
Amortização dos investimentos	376	522	1.525	305,00
Produtos químicos + energia elétrica	648	706	800	23,40
Tarifas média praticadas (R\$)	0.93	0.99	1.07	15,00

Fonte: SNIS (Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento)

deve ser vista como "componente social" e inserida no contexto mais amplo da saúde pública. Em função disso, essa não seria um atribuição adequada à iniciativa privada. Além de entender que a gestão pública é melhor, Suriani considera que as privatizações no setor fariam ruir o modelo regionalizado de prestação de serviços e criariam uma "situação sem volta". Para bom entendedor, isso significa que os municípios em que a exploração da água e do es-

goto não apresentar possibilidade de lucro ficarão esquecidos. O "filé" está nas grandes cidades, nas regiões metropolitanas. E o lucro tirado daí jamais será direcionado para expandir o saneamento a outras regiões. Além disso, onde houver oferta de serviços, o mais provável - para não dizer, o certo - é que prevalecerá a falta de fiscalização e de controle de tarifas, que se observa nas telecomunicações e no setor elétrico.

Para Walder Suriani, da Aesbe, a privatização pode fazer ruir o modelo regionalizado da prestação de serviços em saneamento básico e criar uma situação sem volta



Atendimento expandiu-se com empresas públicas

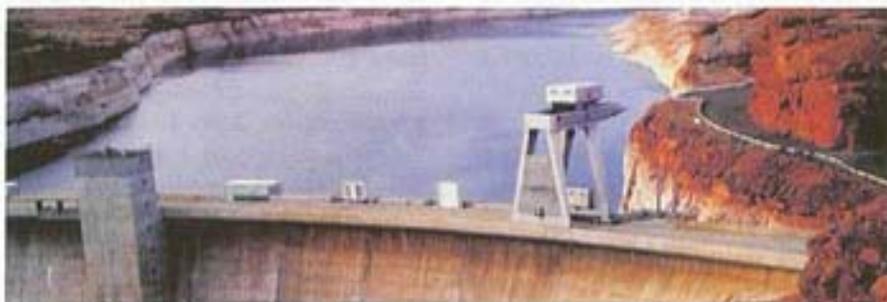
A prestação de serviços de saneamento no Brasil surgiu no início do século passado, mais precisamente na década de 30, como iniciativa eminentemente privada.

No final da década de 50, já se manifestava a preocupação com o baixo índice de atendimento, dado o avanço do processo de urbanização do país. Muito do que se investiu até então tinha como fonte o capital externo. Os financiamentos eram pontuais e de baixo resultado.

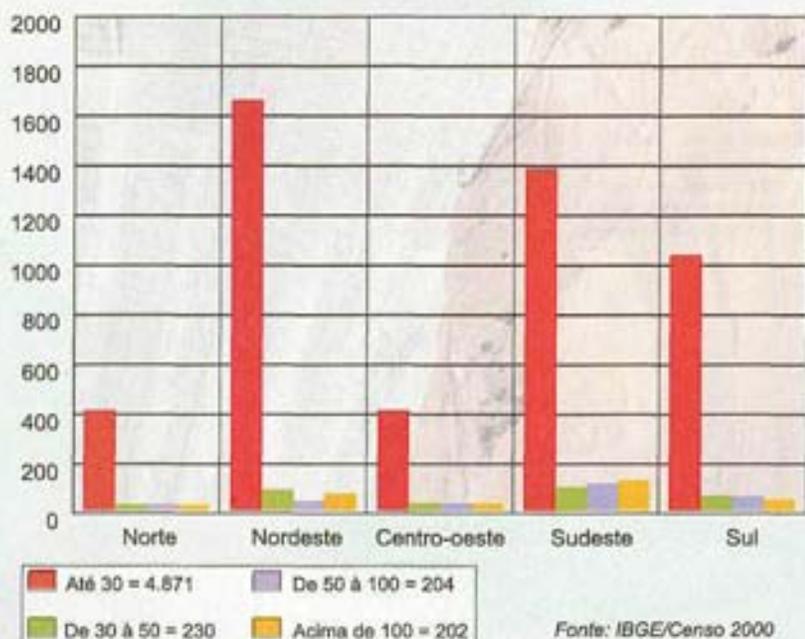
Os investimentos em infra-estrutura só foram de fato impulsionados a partir da criação do FGTS (Fundo de Ga-

rantia por Tempo de Serviço) e do BNH (Banco Nacional de Habitação). O surgimento das companhias estaduais de saneamento, na década de 60, foi o fator determinante na expansão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário ao nível alcançado hoje. Pelo que afirma o superintendente da Aesbe, Walder Suriani, em 10 anos de existência, essas empresas fizeram duplicar o atendimento no país.

As amarras à expansão e ao aperfeiçoamento dos serviços manifestaram-se nos primeiros anos da década de 90, pela falta de caixa do FGTS, resultante da recessão e da crise de desemprego. A restrição a novos financiamentos imposta pelo acordo firmado entre o governo FHC e o FMI, em 1999, determinou de vez a paralisia dos dias atuais. Só de recursos do FGTS, deixou-se de aplicar valores anuais da ordem de R\$ 2,5 bilhões.



Número de Municípios por região x faixa de população x 1000



Na contramão da história

Com a restrição a investimentos e com o projeto de lei que viabiliza a privatização dos serviços de saneamento básico, o governo FHC procura retirar do Estado a responsabilidade de promover o bem-estar, de resguardar a saúde pública e de preservar o meio ambiente. Faz uma aposta de alto risco no desmonte das empresas públicas, acreditando na máxima neoliberal de que a iniciativa privada pode substituir o poder público em ações que assegurem o desenvolvimento, inclusive nos grotões do país.

O saneamento, dentro de uma concepção rnaís abrangente, compreende não apenas os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos quais a iniciativa privada está de olho. É também coleta de águas pluviais, manutenção de cursos d'água, contenção de encostas, manejo ambiental de resíduos sólidos e controle ambiental.

A privatização desejada pelo governo é vista também como meio de se transferir para a iniciativa privada o controle sobre a água, um bem que vem despertando cobiça em grades grupos econômicos (nacionais e internacionais).

O mundo em conflito

Mortos nas guerras do século XX chegam perto de 200 milhões. Novo século começa com aumento da violência entre Israel e Palestina

O conflito entre Israel e Palestina, que abre o século XXI com a força de bombas e atentados suicidas, é a ameaça de que o sangrento século passado se repita. O ex-secretário de Estado norte-americano Zbigniew Brzezinski estimou, ainda em 1992, que as guerras ocorridas desde 1914 resultaram em quase 190 milhões de mortes.

O genocídio que ultrapassa a população brasileira é o resultado de mais de 240 guerras, dois terços delas apenas a partir da segunda metade daquele século. Se a progressão for mantida, os atuais 100 anos podem ser ainda piores. No século XIX, foram 107 conflitos.

A organização não-governamental World Watch estima que "mais pessoas foram mortas por guerras neste século (o século XX) do que em toda a história humana anterior em conjunto". Somente na Segunda Guerra Mundial estima-se que o total de mortos tenha ultrapassado os 50 milhões, contra os 9 milhões da Primeira.

Confronto entre judeus e palestinos tem mais de 1.000 anos

Dos 50 milhões de mortos na Segunda Guerra, seis milhões eram judeus. Hoje, Israel está no centro de um novo conflito que mobiliza dezenas de nações do mundo.

Mas as guerras contra os palestinos, povo árabe, começaram em 635, durante a expansão islâmica. Na época, os árabes encontraram o povo judeu na Palestina. A região mudou de dono ao longo do tempo.

Na Idade Média, antes dos árabes, fez parte do Império Romano e era habitada por cristãos. Cinco séculos depois, passou a compor o Império Otomano

Enquanto isso, os judeus se estabeleceram no Leste Europeu, de onde foram expulsos no século XIX, indo para a Europa ocidental. Em 1896, foi criado o movimento sionista, cujo objetivo era estabelecer um lar judeu na Palestina.

No século passado, a Inglaterra passou a ser responsável pela região, que atraiu mais interesse pela descoberta de petróleo. Na época, milhares de judeus imigraram para a Palestina, pelas promessas de apoio dos britânicos, em meio a revoltas dos moradores originais, os árabes.

A independência de Israel veio em 1948. A Palestina foi dividida em duas partes, mas conflitos posteriores resultaram na invasão do território árabe por Israel e no ataque dos árabes a Jerusalém.

As guerras prosseguiram ao longo do tempo. E as mortes também.

Mortos em guerras de 1946 a 96

Continente	Mortos	Conflitos	Anos
América Latina	81.000	18	133
África	2.830.000	21	147
Ásia	9.846.500	37	160
Europa	289.500	6	24
Total	13.047.000	82	464

Fonte: Janice Theodoro e Fortunato Pastore, pesquisadores
Os anos se referem à soma da duração de cada conflito

Uma guerra de forças desiguais

O deputado federal Milton Temer (PT-RJ) esteve no Oriente Médio em abril, ao lado de outros parlamentares, para saber a situação dos brasileiros na Palestina e também para prestar solidariedade ao povo palestino. Temer conta, na seguinte entrevista, o que encontrou na região e o que considera serem as causas remotas dos conflitos entre nações



Fenae Agora - O que o senhor encontrou em sua viagem à Palestina?

Milton Temer - Encontrei, fundamentalmente, a quebra de alguns parâmetros que você tem sobre o Oriente Médio. É a primeira constatação que tive quando cheguei nas regiões ocupadas da Palestina.

FA - E quais são as informações que não batem?

Temer - A primeira é achar que estamos tratando de uma guerra entre dois estados, duas nações ou dois exércitos. Enfrentamos a realidade de uma das maiores ocupações de um território, operada por uma das maiores potências militares do mundo, que é o exército de Israel, sobre as populações civis de regiões e cidades palestinas.

Em seguida, é absolutamente injusto tratar como categorias semelhantes esta ocupação e os atentados suicidas por parte dos agentes fundamentalistas - ou não, porque há muitos palestinos desesperados também. A ocupação e os atos suicidas não são filhos do mesmo processo. A ocupação é geradora dos atos. Caso Israel não estivesse ocupando o território palestino, a discussão sobre os atos suicidas seria outra.

FA - Como o povo palestino está resistindo à ocupação e enfrentando esta situação?

Temer - Como o povo resiste a isso? Com imensa dignidade.

Para se ter um exemplo, visitei uma escola pública nos arredores de Jenin, onde estavam os homens que haviam conseguido, no momento de pânico, sair da cidade. Quando cheguei lá, como em qualquer outra cidade, as crianças nos rodearam e nossa relação natural era colocar a mão no bolso e dar dinheiro, vendo a situação em que elas se encontravam.

Mas não era isso que elas queriam. Elas queriam conversar, queriam aprender português. Assim como já haviam

aprendido alemão, italiano, outras línguas, queriam saber o nome de coisas, queriam fazer perguntas corriqueiras em português. É o primeiro contato normal com qualquer outra cultura, isso entre os fragmentos de famílias que se encontravam naquela escola.

Na hora de ir embora, eu tirei o meu chapéu de turista, com as cores do Brasil, e dei o presente para um dos garotos. Então, um dos adultos se posta ao meu lado e me brinda com uma severa advertência: eu só poderia dar aquele chapéu se tivesse um para cada uma das crianças. Na medida em que privilegiasse um, geraria o desejo nos outros.

E eu não estava lá para dar esmolas. O adulto falou ainda que os palestinos querem, sim, solidariedade para a sua causa.

FA - E esta é a solução?

Temer - Só a solidariedade polí-

"A solidariedade política pode levar a uma solução para aquele conflito de forças desiguais"

tica pode levar uma solução para aquele conflito. As duas forças são absolutamente desiguais e o processo é conduzido pelo exército de Israel de acordo com sua estratégia, que inclui até mesmo a proibição que uma comissão de alto nível da ONU entre nos territórios ocupados, nas cidades e vilas palestinas. O conflito só vai ser resolvido se as tropas saírem e se criar uma força internacional de paz, com a desmontagem de todo o aparato que oprime o povo palestino.

FA - Há paralelo entre esta guerra e as dezenas de outros conflitos armados que acontecem no mundo ao mesmo tempo?

Temer - Não sei se encontra paralelo com outra guerra, mas com outra coisa mais grave. Não quero estabelecer paralelo com questões concretas que já aconteceram, porque não estive lá e não posso afirmar*. Mas há uma questão que é a diferença de tratamento, de acordo com os interesses americanos, na instalação de tribunal internacional para julgar o (ditador sérvio) Slobodan Milosevic e na omissão para que Israel não seja investigado pelo genocídio palestino.

FA - Podemos encontrar alguma raiz comum a essas guerras que acontecem?

Temer - A causa comum que pode haver é uma questão concreta: a desigualdade interétnica, desigualdade interclasse, desigualdade religiosa, estabelecida por esse modelo econômico de subalternação do trabalho ao capital.

A saída está sendo buscada fora desse modelo. Um dos exemplos é o que aconteceu no Brasil, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, que foi uma iniciativa exemplar para o resto do mundo.



Sobrevivência do planeta sob ameaça

A Eco92 completa 10 anos em junho de 2002. Em uma década, muito pouco foi feito no mundo pelo equilíbrio do meio ambiente

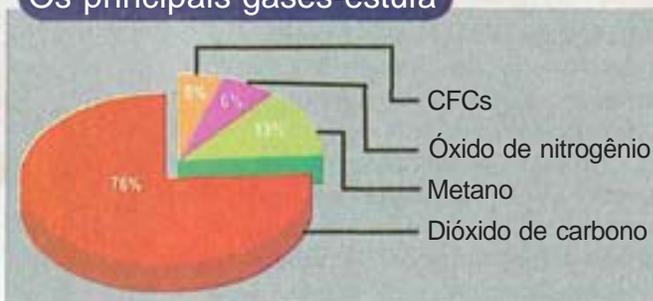
O meio ambiente pede passagem em defesa da sobrevivência sustentada do planeta, pois o futuro da Terra depende essencialmente do tratamento que for dado para essa questão. A onda ecológica que varreu o mundo entre três e 14 de junho de 1992, com a Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Eco92, no Rio de Janeiro, parece ter ficado apenas no modismo, a julgar pelo pouco que foi feito no período de uma década pelo equilíbrio ambiental.

Passados 10 anos, os documentos e planos de ação aprovados na

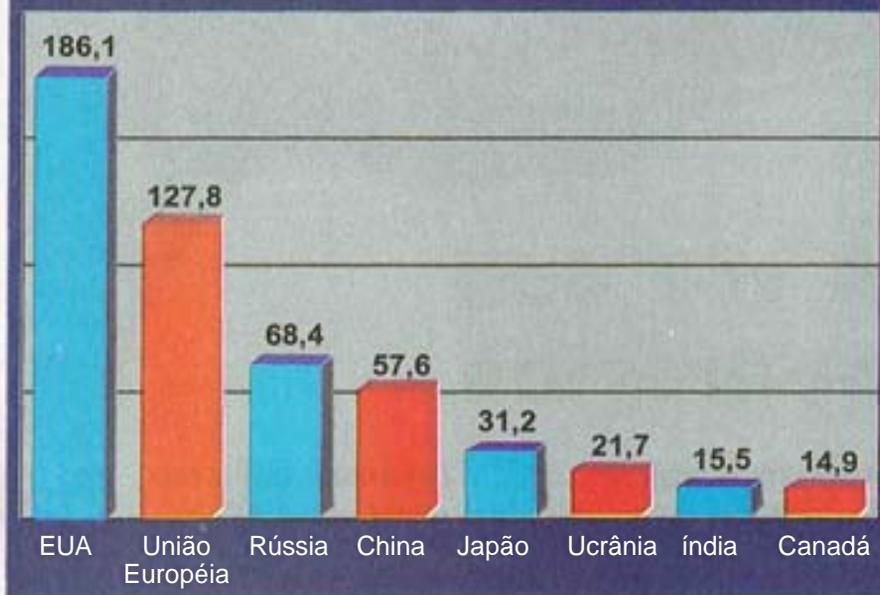


megaconferência da ONU não se traduziram, até agora, em resultados plausíveis para garantir a todo ser humano o direito a uma vida saudável, produtiva e em harmonia com a natureza. Esse compromisso foi assumido, naquela ocasião, por representantes de 170 países. Desde então, no entanto, a emissão de gases poluentes na atmosfera cresceu em média mais de 20% em todo o mundo e o ritmo de destruição de espécies como aves, mamíferos e vegetais, por exemplo, tem aumentado em países com grande diversidade biológica, como o Brasil, a Federação Russa, a China, a Índia e a Indonésia.

Os principais gases-estufa



Total de emissões desde 1950 (em milhões de toneladas)



Brasil: espécies animais e vegetais estão ameaçadas

Dono da maior diversidade biológica do planeta, segundo o Word Resources Institute (EUA), o Brasil é o segundo do mundo em número de aves ameaçadas e o quarto com o maior número de mamíferos em perigo de extinção.

O país, aliás, abriga cerca de 15% a 20% do total de espécies animais e vegetais existentes. Um dos maiores causadores desse acelerado processo de destruição, na opinião do físico Luiz Pinguelli Rosa, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é a adoção pelo governo brasileiro de uma política ambiental equivocada. Ao conceder recentemente entrevistas a jornais de circulação nacional, Pinguelli Rosa afirmou que a política energética do presidente Fernando Henrique Cardoso e a emissão de gases poluentes na atmosfera, que no Brasil cresceu 15% desde 1992, são os maiores exemplos disso. Eis sua opinião sobre o assunto: "O programa de geração de energia térmica a gás, as queimadas nas florestas e o aumento dos rebanhos bovinos, que liberam gás metano na atmosfera, devem aumentar muito a emissão nos próximos anos". Segundo Pinguelli, o setor elétrico joga 60 milhões de toneladas de carbono na atmosfera, ao mesmo tempo em que os rebanhos e as queimadas liberam 100 milhões de toneladas ao ano.

As duras críticas de Pinguelli à política oficial para a ecologia são compartilhadas por Hélcio de Souza, da assessoria técnica do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), ONG criada em 1979 para atuar no monitoramento dos gastos orçamentários do governo federal, relativos às políticas sociais e ambientais. Segundo o técnico do Inesc, a diminuição gradual no volume de recursos do Ministério do Meio Ambiente agrava as já precárias condições de proteção e fiscalização dos recursos naturais nacionais, comprometendo assim a qualidade da política ambiental implementada no país.

EUA ostenta título de maior poluidor

No entanto, o título de maior poluidor da Terra pertence ao país mais rico: os Estados Unidos, que sozinhos emitem em média 35% dos gases-estufa. Fenômenos como o buraco na camada de ozônio e o efeito estufa se originam de fatores causados pela ação humana. A Eco 92 aprovou a Convenção de Mudanças Climáticas, que é o primeiro tratado internacional dedicado ao combate da poluição, mas seus princípios só vieram a ser normatizados com o Protocolo de Kyoto (Japão), criado em 1997. Por esse protocolo, os países industrializados se comprometem a reduzir as emissões de gases ligados ao efeito estufa em pelo menos 5% dos índices de 1990, no período de 2008 a 2012 - média de 5,2%. A União Européia tem colaborado em parte para que essa meta seja alcançada, mas o governo de George Bush não só faz vistas grossas para as determinações do Protocolo de Kyoto como prevê ainda que o total de emissões de gases-estufa pelos EUA irá aumentar em até 43% entre 2000 e 2020. Com isso haverá uma ele-

vação progressiva da temperatura da Terra, via aquecimento global, provocada especialmente pelo dióxido de carbono proveniente do uso maciço de combustíveis fósseis (carvão e derivados de petróleo) pela indústria e pelos meios de transporte.

Desde 1992, os avanços ecológicos no mundo foram bastante reduzidos. A consciência ambiental aumentou de lá para cá, apesar da degradação persistir em ritmo acelerado. Sem dúvida, o mode-

lo econômico foi o grande vilão da década. Na tentativa de reverter a situação de desmatamentos e poluição, chefes de Estados, ecologistas e cientistas voltam a se reunir em agosto deste ano, em Johannesburgo, na África do Sul, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+10.

Desta vez o foco se deslocará para temas como a pobreza, os recursos naturais e os padrões de consumo. Uma das tarefas da Rio+10 será cobrar os compromissos assumidos pelos 170 chefes de Estados reunidos na Eco92. A iniciativa, portanto, tem o objetivo de retomar as discussões globais sobre desenvolvimento sustentável.

Cientistas e ecologistas consideram política ambiental de FHC bastante equivocada

A voz dos operários

Jornalista e militante, Edgard Leuenroth teve papel de destaque no movimento operário em 1900

O movimento operário brasileiro da virada do século passado tem sua voz e símbolo no jornalista e militante Edgard Leuenroth. Nas primeiras greves da categoria, que nascia no Brasil no começo de 1900, foi um dos líderes do movimento. E, por isso, foi preso pelo governo.

Leuenroth nasceu em Mogi Mirim, em 1881. Com a morte do pai, ainda criança, a família foi morar no Brás, bairro operário da capital paulista. A proximidade com o movimento operário e o primeiro emprego, numa tipografia, fizeram nascer as convicções políticas no menino de 12 anos.

Na época, os operários brasileiros e os imigrantes italianos, espanhóis e portugueses ganhavam pouco e tinham descontos abusivos nos salários, trabalhavam - ao lado de crianças - até 16 horas por dia, não tinham condições de higiene, salubridade ou segurança, eram demitidos a qualquer pretexto e até mesmo eram espancados pelos patrões.

Os imigrantes trouxeram a experiência da reivindicação trabalhista. Edgard Leuenroth, por trabalhar em tipografia, aprendeu a escrever cedo. Desde 1897, publicou seus próprios jornais e panfletos.

Ligado primeiro aos socialistas, logo se aproximou do anarquismo. Na greve geral do operariado, em 1917, liderou os trabalhadores a partir do Comitê de Defesa Proletária. Foi preso, o que apenas reforçou o movimento. O movimento evoluiu para os primeiros congressos operários brasileiros e para a fundação do Partido Comunista do Rio de Janeiro, que reuniu socialistas e anarquistas.



Foto: arquivo da família

"A liberdade que existe é a que têm os possuidores das riquezas da terra de explorar o pobre",
Edgard Leuenroth (1881-1969).

CENSO INDUSTRIAL DO BRASIL EM 1907

Número de operários	150.841
Empresas	3.258

Estados

Distrito Federal (RJ)	33%
São Paulo	18%
Rio Grande do Sul	15%
Rio de Janeiro	7%

OPERÁRIOS NO BRASIL EM 1920

Trabalhadores rurais	9 milhões
Operários	275 mil
Metalgúrgicos	14 mil

OPERÁRIOS POR RAMO EM 1920

Indústria	Estabelecimentos	Operários
Têxteis	1.211	112.185
Couros e peles	424	4.605
Madeiras	1.201	12.161
Metalurgia	508	14.157
Cerâmica	1.590	18.868
Prod. químicos	960	15.350
Alimentação	3.959	28.248
Vest. e tocador	1.988	28.248
Mobiliário	548	7.954
Edificação	331	3.600
Indús. do transp.	533	5.118
Energia	29	479
Indús. de luxo	47	861
Total	13.336	275.517

Fonte das tabelas: "Bancos, bancários e movimento sindical", Euclides Fagundes Neves, Editora Anita Garibaldi (SP)

Jornal "A Plebe" chegou a ser diário

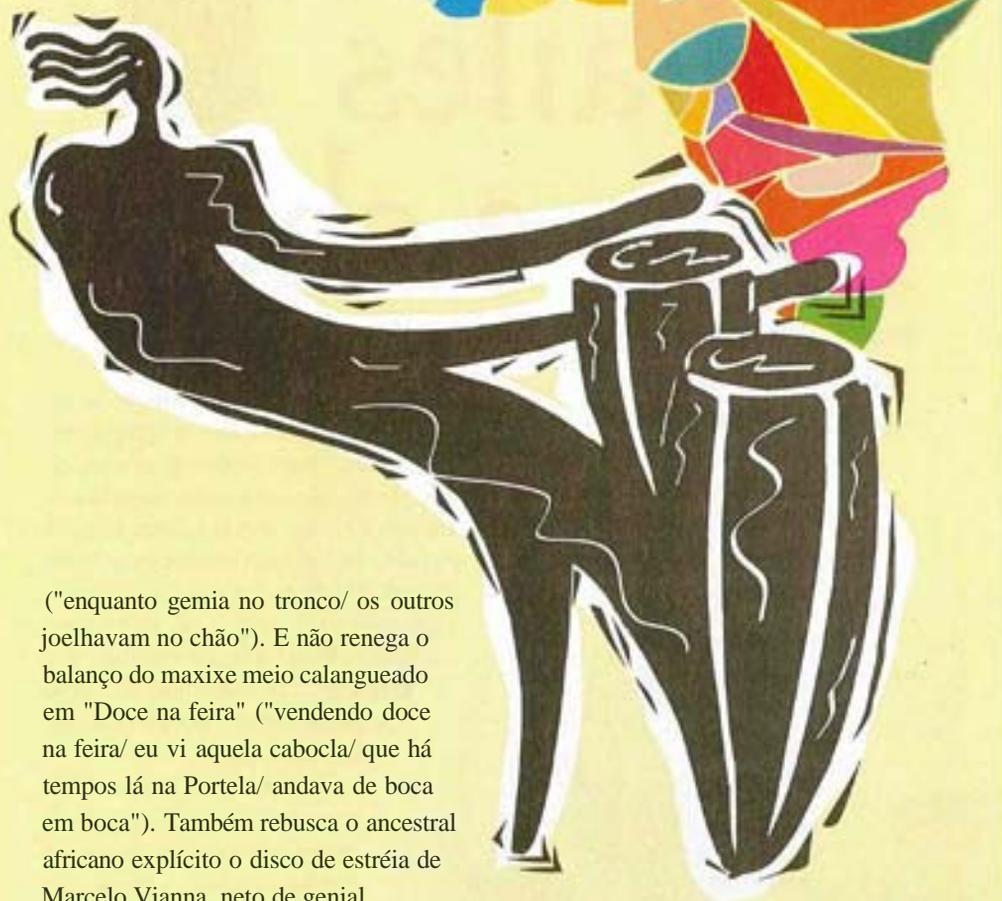
A greve geral de 1917 era noticiada no jornal "A Plebe", fundado por Leuenroth naquele ano. Dois anos depois, passou a ser um dos mais importantes do movimento operário, chegando a ser diário. Mas o jornalista foi o autor e colaborador de várias outras publicações: desde o pioneiro "O Boi", em 1897, até "O Trabalhador Gráfico", "A Terra Livre", "A Lanterna", "A Lucta Proletária", "Ação Direta", "Spartacus", "Folha do Povo", "A Guerra Social", "O Combate", "A Voz do Povo". Seus principais trabalhos foram reunidos pela família e doados à Universidade de São Paulo (USP).

Mama África

■ Tárík de Souza

Poeta e diplomata, Vinicius de Moraes apresentava-se no "Samba da bênção" como o branco mais preto do Brasil, na linha direta de Xangô. Não era mera afronta ao bom comportamento de seus pares enfatiados. Apesar de branco e bem nascido, o Poetinha batia cabeça para o essencial de sua atividade artística: o alicerce africano da MPB. Eis que este alicerce rebrota em lançamentos que escapam ao trivial supérfluo do mercado. Em "Entidades I" (Rádio MEC), o sambista Wilson Moreira revisita outras variedades de sua nascente criadora em temas como "Congada pra Sinhô Rei", "Jongueiro cumba", "Oloan", "Noites de Luanda" e até no "Forró no cafundó". Os tambores comem e Wilson viaja por sotaques diversos como o calango, jongo, congada, além de um clima rural ("Ao jeito da roça") raramente atribuído ao autor de "Gostoso veneno". Outro sambista de estirpe, Jair do Cavaquinho, atual integrante da Velha Guarda da Portela, também esquenta seus tamborins em outros terreiros.

No caprichado disco de estréia (aos 80 anos!) que leva seu nome, produzido por Leandro Braga e lançado pela Phonomotor de Marisa Monte, Seu Jair, revelado no musical "Rosa de ouro" ao lado de Clementina de Jesus, Paulinho da Viola e Elton Medeiros, investe no sotaque rural do caxambu em faixas como "Soltaram minha boiada" e "Acorda, negro velho"



("enquanto gemia no tronco/ os outros joelhavam no chão"). E não renega o balanço do maxixe meio calangueado em "Doce na feira" ("vendendo doce na feira/ eu vi aquela cabocla/ que há tempos lá na Portela/ andava de boca em boca"). Também rebusca o ancestral africano explícito o disco de estréia de Marcelo Vianna, neto de genial Pixinguinha (Alfredo da Rocha Vianna Filho, 1897-1973), um dos fundadores da MPB. Nas funções de maestro, arranjador, líder de orquestras e grupos ou como formatador do choro básico em clássicos como "Carinhoso" e "Lamento" (ambos incluídos no CD), ele já foi bastante estudado.

O que o disco "Teu nome" (Biscoito Fino) acentua - entremeado com as cinco inéditas que o potencializam - é um lado mais afro do mito, cujo apelido teria entre outras explicações a de ser corruptela de pizindin, "menino bom", no dialeto carinhoso de uma parente africana. Lá estão os pontos de macumba adaptados "Yaô" (única faixa que Pixinguinha

chegou a gravar como cantor, em 1950), "Benguelê" e "No terreiro de Alibibi". E mais a chula raiada (antecessora do partido alto) "Patrão, prenda seu gado", assinada a seis mãos pela santíssima trindade formada por Pixinguinha, Donga e João da Bahiana, o manifesto "Samba de fato" e o gingado "Samba de gafeira". "Ele acende uma fogueira no salão/ quando começa a balançar/ não há cabrocha/ que não queria um par", anuncia a letra entre dribles percussivos que atestam o refinamento da miscigenação musical afro-brasileira.

Tárík de Souza
Jornalista

Religião, bailes



Colônia alemã no sul do Brasil comemora o kerb, festa típica com cultos religiosos, dança e muita comida

e chope

O improvável hibridismo entre chope, danças e religião acontece nas cidades do interior do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A imensa colônia alemã nesses estados realiza, de janeiro a dezembro, o kerb, tradicional festa que nasceu por motivo religioso e serve de reforço da identidade cultural de famílias que atendem por sobrenomes como Schmidt, Müller, Becker, Freitag, Weber e outros.

Cada cidade realiza o kerb à sua maneira. Há, porém, alguns ingredientes comuns a todas as festas: a missa, nas comunidades católicas, ou o culto, nas evangélicas; os bailes, que podem durar três ou até cinco dias seguidos; muita comi-

da típica, como assado de porco, cuca (uma espécie de bolo) e chucrute (preparado à base de repolho, vinagre e sal); e o indispensável chope, servido em doses generosas. Muitas famílias ainda mantêm o hábito de chamar parentes e amigos para passar o domingo comendo e bebendo, ao som de música tradicional.

Festas incluem até desfile de carros

Piratuba, cidade turística do oeste de Santa Catarina, realiza seu kerb desde 1948, sempre em janeiro. A abertura oficial acontece numa sexta-feira à noite. No sábado de manhã, a comunidade se reúne num culto na igreja e, em seguida, todos vão até o local dos bailes, com fogos de artifício e o acompanhamento de um conjunto musical. "No salão ocorre o encontro das famílias que vêm de muito longe para passarem estes momentos de alegria entre seus amigos", explica Henry Ritter Kirst, secretário municipal de turismo.

Ainda na tarde de sábado, é a vez do primeiro desfile alegórico, que inclui bandas típicas e muito chope pelas ruas da cidade.

Tudo isso serve de aquecimento para as cinco noites de baile. Os casais que dançam são observados, do teto, pela rainha das bonecas e suas acompanhantes, confeccionadas para serem vendidas no baile. As bonecas e a coroa de cipreste e flores representam conquista, vitória e alegria para a comunidade alemã.



Kerb nasceu no século XIX para marcar a inauguração de igrejas

Apesar de ser exclusivo das comunidades alemãs, o kerb surgiu mesmo no Brasil. Os primeiros imigrantes alemães, que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1824 e se espalharam pelo interior, criaram o kerb para integrar suas comunidades em torno da religião. Em Piratuba, a festa existe desde 1948. Em Alto Bela Vista, também no oeste catarinense, a primeira festa data de 1927.

Segundo Henry Kirst, de Piratuba, "a população reunia-se para as comemorações, congregando as famílias". Em Maravilha, onde a festa acontece todo mês de maio desde 1953, o kerb se confunde com o surgimento da cidade. O presidente da comunidade evangélica na cidade, Elton Schmidt, lamenta que "existem muitas festividades que usam o nome kerb sem perguntar pelo sentido religioso e a origem da festa".

Mesmo desvirtuada, a tradição se espalha pela região. Chapecó, uma das maiores cidades de Santa Catarina, iniciou sua Kerbfest em 1993. "A intenção é promover uma festa que integre os membros da comunidade e prestigie as pessoas de ori-

gem alemã", diz Deoclécio Nichel, coordenador da comunidade São José Operário, que organiza a festa junto com a escola de educação básica Coronel Lara Ribas.

Imigração alemã no Brasil

Período	Total
1824-47.....	8.176
1848-72.....	19.523
1872-79.....	14.325
1880-89.....	18.901
1890-99.....	17.084
1900-09.....	13.848
1910-19.....	25.902
1920-29.....	75.801
1930-39.....	27.497
1940-49.....	6.807
1950-59.....	16.643
1960-69.....	5.659

Fonte: Cláudia Mauch e Naira Vasconcelos, organizadoras, "Os alemães no sul do Brasil: cultura, etnicidade e história". Canoas: Editora Vibra, 1994.



Origem do nome é controversa

Além de não ter uma festa similar na Alemanha, o kerb nem é uma palavra na língua dos imigrantes.

O prefeito de Arabutã (SC), David Moretto, comenta que, para muitas comunidades, "o motivo original da festa é a celebração da colheita". Por isso, um dos significados para kerb é "colheita". Kerbfest seria a festa da colheita. Mas há outras explicações para o nome, que não existe na língua alemã:

Para Henry Kirst, de Piratuba, o nome deriva de Kircheeinweihfest, ou seja, festa de inauguração da igreja. Elton Schmidt, de Maravilha, concorda com essa etimologia mas acrescenta que a palavra vem de korb ou kōorbe, cesto em alemão, cujo plural seria kerb. "Estes termos não têm respaldo etimológico, mas sua conotação surgiu no Brasil por analogia e através do dialeto hunsrückish", explica.

O significado do kerb, na verdade, vai além do que a palavra quer dizer. Unidos através do kerb, os descendentes de alemães no sul do Brasil vão à igreja, tomam chope, comem comidas típicas e assim mantêm viva uma tradição que, mais do que lembrar da terra de seus antepassados, indica a adoção de um novo país.

Kart

Começo de um sonho que custa caro

Dominar a máquina, viajar no ronco dos motores, curtir a emoção da velocidade sobre quatro rodas e sonhar com a glória no automobilismo. Eis o que move os amantes do kart, esporte que se consolida como largada para a carreira dos grandes nomes brasileiros na Fórmula 1.

No início, o kart era um esporte de lazer, praticado por pessoas de 25, 30 anos que não haviam podido na adolescência praticar o automobilismo e que, quando já tinham sua vida profissional acertada, se divertiam com esse tipo de competição. Depois da projeção dos pilotos brasileiros na Fórmula 1, começando por Emerson Fittipaldi, os amantes da velocidade passaram a ver no kart a escada para se chegar o mais longe possível no automobilismo. Daí a razão de os kartódromos serem hoje espaços praticamente dominados por jovens.

Para o presidente da Federação Brasileira de Automobilismo, José Argenta, o momento não é dos mais positivos para o esporte. "É uma modalidade cara e sofre de imediato os efeitos de fatores econômicos", diz ele. Também o empresário Mário Carvalho, de uma fabricante de motores e chassis, em São Paulo, atribui a questões de ordem econômica o fato de a prática do kart ter entrado em queda a partir de 2000.

A despeito disso, o impulso tido pelo kart na década passada ainda mantém seus efeitos.

O esporte ampliou seus espaços não só nos grandes cen-

tros como também no interior do país, sobretudo em São Paulo. As cidades de Itu e de Bauru, por exemplo, são apontadas como importantes templos do kart. No Distrito Federal, a Federação de Automobilismo organiza em parceria com o governo local a copa GDF de kart, com competições nas chamadas cidades-satélite.

Kartindoor -

Por ser um pouco mais acessível, o kartindoor - modalidade praticada em pistas especiais e com equipamentos locados - viveu também momentos de grande repercussão nos anos 90 e entrou em período de baixa nos últimos dois anos.

No indoor, o aspirante a piloto coloca o equipamento de segurança, toma rápidas orientações e parte para a competição que dura de 15 a 30 minutos, ao custo de R\$ 30,00 a R\$ 50,00. A diferença de velocidade do kart tradicional para a do kart indoor é significativa. Enquanto o motor do primeiro pode chegar a 35 cavalos de potência, o do segundo têm, em média, cinco cavalos.

As competições em pista e carro indoor ganharam adeptos, inclusive, entre os portadores de deficiência física. A Andef (Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos), por exemplo, chegou a criar pista e a

Preços da velocidade

(valores aproximados)

Kart Mirim (3 a 8 anos).....	R\$ 4.000,00
Kart Júnior e Sênior.....	R\$ 6.500,00
Macacão.....	R\$ 390,00
Sapatilha.....	R\$ 110,00
Luvas.....	R\$ 55,00
Capacete.....	R\$ 300,00
Kartódromo (para treinamento).....	R\$ 60,00

Obs.: Há ainda custos com combustíveis e manutenção dos equipamentos.

Categorias do kart

Mirim.....	(6 a 8 anos)
Cadete.....	(8 a 10 anos)
Júnior menor.....	(10 a 12 anos)
Júnior.....	(12 a 24 anos - iniciante)
Graduado B..	(14 a 24 anos - um ano na Júnior ou um ano na Novato)
Graduado A.....	(sai da B - Topo)
Sênior B ..	(24 a 40 anos - equivalente à Master B)
Sênior A.....	(sai da Sênior B)
Supersênior.....	(mais de 40 anos)

viabilizar carros e equipamentos aos seus atletas, para que pudessem participar de competições nacionais. O projeto está atualmente paralisado, mas a intenção, segundo o dirigente da entidade, Anderson Lopes, é reativá-lo.



NO LIMITE

NÃO AGUENTO MAIS ESSA VIDA SOFRIDA, ESSE PAÍS INJUSTO, ESSE GOVERNO CORRUPTO!!! PRA MIM **CHEGA!!!**

CALMA!
CALMA!



VOU PEGAR MINHA **ARMA** E ACABAR COM ISSO DE UMA VEZ POR TODAS!!!

NÃO! NÃO! NÃO
VÁ FAZER BESTEIRA!!!



CALMA! TÔ FALANDO **DESSA** ARMA AQUI!!!



Se você estiver no Brasil e precisar
fazer um seguro, consulte-nos.
Estamos sempre por perto.



Ao longo dos 28 anos de sua história, a FENAE Corretora desenvolveu produtos e serviços que a credenciam a operar em todos os ramos de seguros, com seriedade e competência.

Aliando experiência à modernidade, a FENAE Corretora de Seguros é uma

empresa que trabalha com as mais atualizadas ferramentas, que possibilitam atender seus clientes de maneira diferenciada, de acordo com suas características e necessidades. Por isso, quando precisar de assessoria em seguros, conte sempre com a FENAE Corretora de Seguros.

FENAE

CORRETORA DE SEGUROS

Visite nossa Home Page: www.fenaeseg.com.br